



2º Simulado Especial

SEFAZ PI

Cargo: A01 - Agente de
Tributos – Especialidade:
Área Geral - Pós-Edital

Simulado

2º Simulado Especial SEFAZ-PI (Agente de Tributos - Área Geral)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Agente de Tributos - Área Geral do SEFAZ-PI**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/W4iMFxP6UvUbADVr5>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE	101 - ABCDE	121 - ABCDE	141 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE	102 - ABCDE	122 - ABCDE	142 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE	103 - ABCDE	123 - ABCDE	143 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE	104 - ABCDE	124 - ABCDE	144 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE	105 - ABCDE	125 - ABCDE	145 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE	106 - ABCDE	126 - ABCDE	146 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE	107 - ABCDE	127 - ABCDE	147 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE	108 - ABCDE	128 - ABCDE	148 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE	109 - ABCDE	129 - ABCDE	149 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE	110 - ABCDE	130 - ABCDE	150 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE	111 - ABCDE	131 - ABCDE	151 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE	112 - ABCDE	132 - ABCDE	152 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE	113 - ABCDE	133 - ABCDE	153 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE	114 - ABCDE	134 - ABCDE	154 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE	115 - ABCDE	135 - ABCDE	155 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE	116 - ABCDE	136 - ABCDE	156 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE	117 - ABCDE	137 - ABCDE	157 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE	118 - ABCDE	138 - ABCDE	158 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE	119 - ABCDE	139 - ABCDE	159 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE	120 - ABCDE	140 - ABCDE	160 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/ygPU>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Luiz Felipe

TEXTO

O estreitamento das relações entre instituições policiais e comunidade como um todo, em determinado espaço geográfico, se coloca como uma forma eficaz de enfrentamento do sentimento generalizado de medo, de insegurança e de descrédito em relação à segurança pessoal e coletiva. Esse modo de responder ao problema da violência e da criminalidade de forma preventiva e com a participação da sociedade tem recebido denominações diferenciadas, tais como polícia comunitária, policiamento comunitário, polícia interativa, polícia cidadã, polícia amiga, polícia solidária, não havendo consenso quanto à melhor nomenclatura. No entanto, há o reconhecimento de todos que adotaram essas experiências quanto à sua efetividade na prevenção da violência; prova disso é que seu uso tem sido muito corrente nos dias atuais.

Podemos definir polícia comunitária como um processo pelo qual a comunidade e a polícia compartilham informações e valores de maneiras mais intensas, objetivando promover maior segurança e o bem-estar da coletividade. A Constituição Federal de 1988 foi a primeira a apresentar um capítulo específico sobre segurança pública, no qual se encontra o artigo 144. Nessa perspectiva, ao incorporar a segurança pública na Carta Magna, o legislador instituiu um *status* de direito fundamental a essa matéria. Assim, o Estado é o principal garantidor da segurança pública, mas a responsabilidade recai sobre todos; conseqüentemente, em observância aos conceitos e aos princípios da filosofia de polícia comunitária, o cidadão passa a ser parceiro da organização policial, envolvendo-se na identificação de problemas, apontando prioridades e indicando soluções com relação à segurança pública, em uma perspectiva cidadã.

Severino da Costa Simão. Polícia comunitária no Brasil: contribuições para democratizar a segurança pública. Internet: <<http://www.cchla.ufpb.br/>> (com adaptações).

01. O texto tem como objetivo principal:

- a) Criticar a atuação tradicional da polícia militar brasileira.
- b) Apresentar dados estatísticos sobre a criminalidade urbana.
- c) Explicar o funcionamento do policiamento ostensivo nas capitais.
- d) Discutir a importância da aproximação entre polícia e comunidade na promoção da segurança.
- e) Relatar experiências internacionais no combate à violência nas cidades.

02. De acordo com o texto, a polícia comunitária se caracteriza por:

- a) Substituir a polícia tradicional nas ações de repressão direta à criminalidade.
- b) Promover ações educativas apenas em escolas públicas da periferia.
- c) Envolver a comunidade no processo de prevenção e resolução de problemas relacionados à segurança.
- d) Atuar somente em regiões com alto índice de violência urbana.
- e) Ser implementada apenas em países desenvolvidos com baixo índice de criminalidade.

03. Assinale a alternativa em que as normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas:

- a) Não haviam razões plausíveis para tanto rigor na análise dos processos.
- b) Fazem três semanas que a equipe não apresenta os relatórios.
- c) Faltou esclarecimentos sobre os procedimentos adotados na auditoria.
- d) Seguem, anexos ao ofício, os documentos solicitados pela diretoria.
- e) Tratam-se de mais um conjunto de normas publicadas pelo conselho.

04. Transpondo-se para a voz passiva a oração “O chefe analisará o relatório com atenção”, a forma verbal resultante será:

- a) foi analisado
- b) seria analisado
- c) será analisado
- d) terá analisado
- e) analisava-se

05. Assinale a alternativa em que a pontuação está inteiramente regular, segundo a norma-padrão:

- a) Em sua crônica o autor, revela com sutileza, o valor simbólico do objeto cotidiano.
- b) Observa-se, no texto, uma sensibilidade rara aos pequenos detalhes da existência.
- c) O cronista tenta resgatar, o encanto perdido das coisas comuns.
- d) Nem sempre, conseguimos perceber, o valor oculto de gestos triviais.
- e) São os pequenos gestos que, segundo o autor merecem destaque.

06. A mesma regra de acentuação justifica a presença de acento gráfico em todas as palavras da alternativa:

- a) pó, robô, cajá, sofá
- b) música, lúdico, histórico, típico
- c) você, item, também, bebê
- d) açúcar, cárie, sótão, estômago
- e) herói, anéis, réu, fiéis

07. Assinale a alternativa em que ocorre personificação, figura de linguagem em que se atribuem ações ou qualidades humanas a seres não humanos:

- a) As janelas se abriram com o vento repentino.
- b) A noite cobria a cidade com seu manto escuro.
- c) O poeta descrevia em detalhes a paisagem montanhosa.
- d) As nuvens estavam pesadas de chuva.
- e) O silêncio reinava absoluto no corredor do hospital.

08. Observe a frase:

A sociedade atual valoriza o consumo, embora saiba dos impactos ambientais provocados por seus excessos.

Sem alterar o sentido e mantendo a correção gramatical, a palavra EMBORA pode ser substituída por:

- a) porque
- b) contudo
- c) se
- d) conquanto
- e) logo

09. Assinale a alternativa em que o emprego do sinal indicativo de crase está correto:

- a) Os especialistas atribuíram maior importância à educação básica nos últimos relatórios.
- b) A pesquisa foi apresentada à nível internacional, o que aumentou seu prestígio.
- c) Houve resistência à mudar o modelo econômico, mesmo com os alertas.
- d) O documento foi entregue à todos os membros da comissão, sem distinção.
- e) É necessário investir mais à curto prazo, se quisermos resultados imediatos.

10. O processo de formação da palavra "ajudante" é conhecido como derivação:

- a) regressiva
- b) imprópria
- c) parassintética
- d) prefixal
- e) sufixal

11. O Manual de Redação da Presidência da República estabelece que a redação oficial deve seguir um padrão de linguagem:

- a) regional, que represente a diversidade cultural brasileira.
- b) informal, para facilitar a comunicação com o público.
- c) coloquial, priorizando a aproximação com o cidadão.
- d) culto, impessoal e adequado à norma padrão da língua portuguesa.
- e) técnico-jurídico, com uso abundante de jargões legais.

12. Sobre os pronomes de tratamento, o Manual de Redação da Presidência da República orienta que:

- a) todos os pronomes devem ser escritos por extenso, com destaque em negrito.
- b) o pronome "Vossa Excelência" é utilizado para dirigir-se diretamente à autoridade.
- c) o pronome "Senhor(a)" é exclusivo para uso interno.
- d) os pronomes de tratamento devem ser usados apenas em discursos orais.
- e) os pronomes de tratamento são dispensáveis na redação oficial.

13. Em relação à formatação dos textos no padrão ofício, é correto afirmar que:

- a) Os textos devem ser manuscritos, para dar um toque pessoal.
- b) A formatação deve priorizar a criatividade do signatário.
- c) Deve-se evitar o uso de recursos como itálico ou negrito para destacar partes do texto.
- d) A padronização contribui para a uniformidade e facilita a leitura dos documentos oficiais.
- e) A cor da fonte pode variar de acordo com o tipo de expediente.

14. No corpo do texto, quando se dirige a uma autoridade com o uso do pronome de tratamento "Vossa Excelência", deve-se:

- a) Usar os pronomes e verbos na terceira pessoa do singular.
- b) Conjuguar os verbos na primeira pessoa para demonstrar respeito.
- c) Empregar a segunda pessoa sempre que possível.
- d) Usar "Vossa Excelência" seguido do cargo completo por extenso.
- e) Omitir o pronome e tratar diretamente pelo nome da autoridade.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocellin

15. Em um investimento realizado à taxa de juros simples de 1,5% ao mês, o montante produzido por um capital de R\$6.000,00 foi de R\$7.890,00. O tempo da aplicação expresso em anos é:

- a) 1,25
- b) 1,5
- c) 1,35
- d) 1,75
- e) 1,85

16. Um boleto de aluguel de R\$ 2.000,00 foi pago com atraso de 2 meses e 20 dias. Os juros relativos ao atraso foram cobrados utilizando a convenção linear, e a taxa de juros compostos instituída no contrato de locação foi de 6% ao mês.

O juro cobrado foi de:

- a) R\$ 320,00
- b) R\$ 343,71
- c) R\$ 337,09
- d) R\$ 365,12
- e) R\$ 380,00

17. Considere um investimento que renda somente em dias úteis à taxa de 0,04498% ao dia útil. Considerando-se que um ano apresenta 360 dias corridos, dos quais 252 são dias úteis, a taxa diária considerando dias corridos é:

- a) $1,04498^{\frac{7}{10}} - 1$
- b) $1,04498^{\frac{252}{360}}$
- c) $0,0004498^{\frac{252}{360}}$
- d) $1,0004498^{\frac{7}{10}} - 1$
- e) $1,0004498^{\frac{252}{360}}$

18. Em um país com alta inflação, um empréstimo foi contratado pelo período de um ano à taxa prefixada de 77% ao ano. Sabendo-se que a taxa de inflação para o período foi de 50%, a taxa de juros real do empréstimo foi de:

- a) 16% a.a.
- b) 18% a.a.
- c) 21% a.a.
- d) 25% a.a.
- e) 27% a.a.

19. Considere uma série de 6 pagamentos iguais, mensais e consecutivos de R\$ 10.000,00 cada um. Considerando-se uma taxa de juros de 2% ao mês e que o primeiro pagamento ocorreu na data de hoje, o valor presente dessa série de pagamentos é, aproximadamente:

Dado: $1,02^6 \cong 1,126$

- a) R\$ 54.672,00
- b) R\$ 55.247,00
- c) R\$ 56.181,00
- d) R\$ 57.069,00
- e) R\$ 58.520,00

20. A Taxa Interna de Retorno de um investimento de R\$ 1.000,00 que gerará R\$ 550,00 de retorno no primeiro ano e R\$ 605,00 de retorno no segundo ano é:

- a) 10% a.a.
- b) 12% a.a.
- c) 15% a.a.
- d) 20% a.a.
- e) 25% a.a.

21. Um investidor pretende comprar um imóvel e alugá-lo no mês imediatamente seguinte, de modo a obter uma renda mensal com esses aluguéis de R\$ 3.000,00, que serão reajustados mensalmente a uma taxa de 0,4%. Considerando-se a taxa de juros de 1% ao mês, o valor máximo que o investidor deve pagar pelo imóvel é:

- a) R\$ 320.000,00
- b) R\$ 380.000,00
- c) R\$ 500.000,00
- d) R\$ 630.000,00
- e) R\$ 750.000,00

22. Uma empresa resolve descontar suas duplicatas com uma antecipação de 2 meses. Sabendo-se que a operação foi realizada na modalidade de desconto comercial simples, com taxa de desconto de 20% ao mês, a taxa mensal de juros compostos pagos pela empresa é de, aproximadamente:

- a) 20%
- b) 23%
- c) 25%
- d) 27%
- e) 29%

23. Uma dívida contratada por meio do sistema francês de amortização será paga em 100 prestações mensais de R\$ 5.800,00, com a primeira prestação vencendo um mês após a data da contração da dívida. A taxa de juros compostos contratada foi de 2% ao mês. Sabendo-se que a amortização incluída no valor da primeira prestação é igual a R\$ 800,00, então, o saldo devedor da dívida, imediatamente após o pagamento da segunda prestação, é igual a:

- a) R\$ 248.384,00.
- b) R\$ 248.400,00.
- c) R\$ 248.464,00.
- d) R\$ 248.612,00.
- e) R\$ 248.800,00.

24. Considere que José contratou um empréstimo de R\$ 500.000,00 que foi pago pelo sistema Price em 25 parcelas mensais, com a primeira parcela programada para vencer um mês após a contratação do empréstimo. Considerando a taxa nominal contratada de 12% ao ano, a primeira prestação ficou em R\$ 22.703,38.

Caso José tivesse optado pelo sistema de amortização misto, com a mesma taxa de juros e o mesmo número de parcelas, o valor da terceira prestação seria igual a

- a) R\$ 23.651,69
- b) R\$ 23.873,85
- c) R\$ 24.290,69
- d) R\$ 24.425,85
- e) R\$ 24.600,00

ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

25. Seja a afirmação, feita pelo político de uma grande metrópole.

Se a inflação não cair ou o preço da gasolina aumentar, então o preço das tarifas rodoviárias será reajustado.

Uma maneira logicamente equivalente de fazer esta afirmação é:

- a) Se a inflação cair e o preço gasolina não aumentar, então o preço das tarifas rodoviárias não será reajustado.
- b) Se a inflação cair ou o preço da gasolina aumentar, então o preço das tarifas rodoviárias não será reajustado.
- c) Se o preço das tarifas rodoviárias for reajustado, então a inflação não terá caído ou o preço da gasolina terá aumentado.
- d) Se o preço das tarifas rodoviárias não for reajustado, então a inflação terá caído ou o preço da gasolina terá aumentado.
- e) Se o preço das tarifas rodoviárias não for reajustado, então a inflação terá caído e o preço da gasolina não terá aumentado.

26. Se não é verdade que “Se o Brasil não acaba com a inflação então a inflação acaba com o Brasil”.

Logo, é verdade que:

- a) O Brasil não acaba com a inflação e a inflação não acaba com o Brasil.
- b) O Brasil acaba com a inflação e a inflação não acaba com o Brasil.
- c) O Brasil acaba com a inflação e a inflação acaba com o Brasil.
- d) O Brasil não acaba com a inflação ou a inflação não acaba com o Brasil.
- e) O Brasil não acaba com a inflação ou a inflação acaba com o Brasil.

Ana é auditora fiscal do SEFAZ PI. Ela é chefe de uma seção com mais doze auditores. Ana foi designada para formar uma equipe de 4 auditores para uma força-tarefa especial.

Dispondo, portanto, com 12 auditores, resolva as questões 27, 28 E 29.

27. O número total de equipes que podem ser formadas é igual a:

- a) 490
- b) 495
- c) 500
- d) 510
- e) 520

28. Suponha que na equipe, haja um casal (Bia e Carlos). Bia e Carlos só aceitam trabalhar na mesma equipe se estiverem juntos. Com essa regra, a quantidade de equipes que Ana pode montar é igual a:

- a) 240
- b) 250
- c) 255
- d) 270
- e) 300

29. Suponha que na equipe haja dois desafetos (Danilo e Emílio). Eles não aceitam participar da mesma equipe. Com essa regra, a quantidade de equipes que Ana pode montar é igual a:

- a) 440
- b) 450
- c) 455
- d) 470
- e) 500

30. Um servidor público está analisando os processos administrativos sobre uma holding durante determinado período. O servidor organiza os valores em ordem crescente e faz os cálculos dos quartis. O primeiro quartil (Q1) é igual a R\$ 5.000 e o terceiro quartil (Q3) é igual a R\$ 14.000.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a diferença entre esses dois valores, $Q3 - Q1$, chamada de intervalo interquartil, representa uma medida de

- a) tendência central.
- b) curtose.
- c) separatriz.
- d) dispersão absoluta.
- e) dispersão relativa

31. Devido ao grande número de bares distribuídas por certo o território municipal, os jornalistas de certo órgão decidiram, em um primeiro momento, selecionar aleatoriamente 40 ruas dentre as 144 existentes. Em seguida, todos os bares localizados em cada um dos municípios sorteados foram incluídos na amostra e os donos foram entrevistados quanto à regularidade da presença de clientes.

Diante do exposto, pode-se afirmar que o tipo de amostragem descrita corresponde à amostragem:

- a) sistemática.
- b) aleatória por conglomerados.
- c) aleatória estratificada com alocação ótima.
- d) aleatória simples.
- e) aleatória estratificada com alocação proporcional.

32. Seja T uma variável aleatória normalmente distribuída com média 160 e variância 2500, então a variável aleatória $S = 7T - 100$ também tem distribuição normal. Pode-se concluir que a média e o desvio padrão da variável S são respectivamente iguais a:

- a) 540 e 90.
- b) 540 e 100.
- c) 1020 e 350.
- d) 1020 e 300.
- e) 1020 e 340.

33. Uma pesquisa com uma amostra aleatória de tamanho 400 revelou que 64% dos brasileiros acreditam que estudar melhora os ganhos financeiros de uma pessoa. O intervalo de 95% de confiança para a proporção de brasileiros que acreditam melhora os ganhos financeiros de uma pessoa é:

- a) $64\% \pm 2,8\%$
- b) $64\% \pm 3,3\%$
- c) $64\% \pm 4,7\%$
- d) $64\% \pm 4,1\%$
- e) $64\% \pm 5,8\%$

34. Numa amostra de 50 pares de observações do tipo (M_i, N_i) , com $i = 1, 2, \dots, 30$, a covariância obtida entre as variáveis M e N foi -5. Os dados foram transformados linearmente da forma $(P_i, Q_i) = (-4M_i + 4, 6N_i + 3)$, para $i = 1, 2, \dots, 30$.

Qual o valor da covariância entre as variáveis P e Q transformadas?

- a) 60
- b) 80
- c) 90
- d) 100
- e) 120

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

35. O Poder Constituinte classifica-se em Poder Constituinte Originário e Poder Constituinte Derivado. Assinale a alternativa correta:

- a) O Poder Constituinte Originário é Inicial, ilimitado, subordinado e condicionado.
- b) O Poder Constituinte Originário é Inicial, ilimitado, autônomo e incondicionado.
- c) O Poder Constituinte derivado pode se manifestar na criação de um novo Estado ou na refundição de um Estado.
- d) O Poder Constituinte derivado não está preso a limites formais.
- e) O Constituinte Derivado está restrito unicamente às cláusulas pétreas expressas.

36. A respeito do controle de constitucionalidade no sistema constitucional brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) há normas constitucionais não expressamente incluídas no texto da CF que podem servir como paradigma para o exercício de controle de constitucionalidade.
- b) A inconstitucionalidade material ocorre quando é desrespeitado todo o processo para as formações das leis pré-fixado na Constituição.
- c) O controle de constitucionalidade no Brasil é feito de forma preventiva pelo judiciário e de forma repressiva pelo legislativo, como regra geral.
- d) As comissões de constituição e justiça e o veto jurídico são duas hipóteses de controle repressivo de constitucionalidade, que buscam evitar o ingresso no ordenamento jurídico de leis inconstitucionais.
- e) A inconstitucionalidade de ato normativo do poder público pode ser declarada pelo voto da maioria simples dos membros presentes do tribunal ou, onde houver, dos integrantes do respectivo órgão especial.

37. Acerca dos princípios fundamentais, assinale a alternativa incorreta:

- a) A soberania, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, não deve ser interpretada de forma absoluta, uma vez que há uma prevalência dos direitos humanos frente às normas e decisões elaboradas pelo Estado brasileiro.
- b) A previsão da cidadania como fundamento do Estado brasileiro exige que o Poder Público incentive a participação popular nas decisões políticas do Estado, nela esgotando-se.
- c) O fundamento da dignidade da pessoa humana, consiste em um valor constitucional supremo, compreendendo-se entre os deveres do Estado o de respeito, proteção e promoção aos indivíduos.
- d) A concessão de asilo político constitui ato discricionário do Presidente da República, incumbido de sua função de Chefe de Estado e não impede posterior extradição.
- e) A igualdade entre os Estados, um dos princípios que regem a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais, classifica-se como formal, legislativa, política, mas não material.

38. Ciente de que sua propriedade não está cumprindo uma função social, Caio procura um advogado para saber se existe alguma possibilidade jurídica de vir a perdê-la. De acordo com o disposto no sistema jurídico-constitucional vigente no Brasil, assinale a opção que apresenta a resposta correta:

- a) O direito de propriedade de Caio está cabalmente garantido, já que a desapropriação é instituto cabível somente nos casos de cultura ilegal de plantas psicotrópicas.
- b) A propriedade que não cumpre sua função social, portanto, será objeto de expropriação, sem qualquer indenização a Caio que deu azo a tal descumprimento.
- c) O direito de Caio a manter suas terras deverá ser respeitado, tendo em vista que tem título jurídico reconhecidamente hábil para caracterizar o seu direito adquirido.

d) Não poderá ser feita a desapropriação, uma vez que somente é cabível a aplicação desse instituto nos casos de exploração de trabalho escravo.

e) A propriedade, por interesse social, poderá vir a ser objeto de desapropriação sanção, devendo ser, no entanto, respeitado o direito de Caio à indenização.

39. Ricardo, filho de pai brasileiro e mãe italiana, nasceu no Chile e foi registrado em repartição brasileira competente. Ao tornar-se maior de idade, passou a cometer crimes variados, dentre eles, tráfico ilícito de entorpecentes. Após ser descoberto pela polícia, ele empreendeu fuga para o Brasil.

- a) Caso o governo chileno solicite ao Brasil a extradição de Ricardo, ela não poderá ser negada, visto que o crime de Tráfico ilícito de entorpecentes é hipótese constitucional para a extradição de brasileiros naturalizados.
- b) De acordo com o texto constitucional, Ricardo é brasileiro nato, pelo critério jus solis, pois a repartição brasileira em que foi registrado é considerada extensão do território nacional.
- c) Caso Ricardo opte por nacionalidade diversa, mesmo que originária, terá sua nacionalidade brasileira cancelada.
- d) Ricardo é brasileiro naturalizado.
- e) Ricardo, por ser brasileiro nato, não poderá ser extraditado para o Chile, caso este a solicite.

40. Um município, preocupado com o aumento do comércio de eletrônicos importados, edita lei proibindo a venda de dispositivos eletrônicos fabricados no exterior sem certificação municipal de qualidade. Considerando as regras constitucionais sobre repartição de competências, essa lei municipal é:

- a) inconstitucional, pois trata de matéria de competência privativa da União.
- b) constitucional, pois compete ao município legislar sobre assuntos de interesse local.
- c) constitucional, pois a Constituição prevê competência concorrente entre União, Estados e Municípios para legislar sobre comércio exterior.
- d) inconstitucional, pois somente os Estados possuem competência legislativa para regular o comércio de bens importados.
- e) constitucional, desde que haja lei estadual autorizando os municípios a regulamentar a comercialização de produtos importados.

41. O Presidente da República editou um decreto que, além de alterar a denominação de órgãos administrativos do Governo Federal, também extinguiu cargos vagos e transferiu alguns deles para outros ministérios, com base em sua discricionariedade administrativa. Considerando as normas constitucionais, a medida praticada pelo Presidente da República:

- a) é inconstitucional, pois a extinção e criação de cargos públicos são matérias reservadas à lei, e o Presidente da República não pode regulamentá-las por decreto.
- b) é regular, pois se insere nas atribuições do Presidente da República, que pode editar decretos relativos à organização da administração pública, desde que não envolvam aumento de despesas.
- c) é inconstitucional, pois o Presidente da República não pode transferir e extinguir cargos por decreto, uma vez que tal ato depende de autorização do Congresso Nacional.

d) é válida, pois o Presidente da República tem competência para editar decretos autônomos sobre matérias administrativas, incluindo a criação e extinção de cargos.

e) é válida, mas apenas se previamente houver autorização legislativa específica para a transferência e extinção de cargos.

42. O Presidente da República editou quatro medidas provisórias (MPs), cada qual com o seguinte objeto:

(1ª MP) autorizou que os Estados e o Distrito Federal legislassem sobre desapropriação em seu território;

(2ª MP) alterou a alíquota de certo imposto de competência da União;

(3ª MP) abriu créditos extraordinários ao orçamento da União, com o objetivo de atender a despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes de comoção interna; e

(4ª MP) alterou as regras do processo disciplinar dos servidores públicos civis da União.

O Partido Político Alfa, insatisfeito com a edição das medidas provisórias, consultou o seu advogado a respeito da compatibilidade formal desses diplomas normativos com a ordem constitucional, considerando o objeto de cada qual. O advogado, abstenendo-se de considerações em torno de sua relevância e urgência, respondeu corretamente que, sob a ótica formal,

a) apenas a 2ª, a 3ª e a 4ª medidas provisórias são constitucionais.

b) apenas a 1ª e a 4ª medidas provisórias são constitucionais.

c) apenas a 2ª e a 3ª medidas provisórias são constitucionais.

d) todas as medidas provisórias são constitucionais.

e) apenas a 2ª medida provisória é constitucional.

43. Durante uma sessão do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, composto por 180 desembargadores em efetivo exercício, surgiu um debate acerca do processo de escolha dos órgãos diretivos do tribunal. Alguns membros defendiam que a eleição poderia ser realizada por um colégio restrito de desembargadores mais antigos, enquanto outros sustentavam que todos os membros do tribunal pleno deveriam participar da votação, de forma direta e secreta. Além disso, discutiu-se a possibilidade de recondução sucessiva dos eleitos para os cargos diretivos.

Considerando as normas constitucionais sobre a autonomia administrativa dos tribunais e o disposto no art. 96 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A eleição dos órgãos diretivos do Tribunal de Justiça deve ser realizada apenas entre os desembargadores mais antigos, por voto aberto e maioria simples.
- b) O tribunal tem autonomia para elaborar seu regimento interno, podendo nele prever a recondução ilimitada dos seus dirigentes, desde que aprovada por dois terços dos membros.
- c) Nos Tribunais de Justiça compostos por mais de 170 desembargadores, a eleição para os cargos diretivos deve ser realizada entre todos os membros do tribunal pleno, por maioria absoluta e voto direto e secreto, sendo vedada mais de uma recondução sucessiva.
- d) A Constituição Federal não estabelece regras específicas para a eleição dos órgãos diretivos dos tribunais, cabendo exclusivamente ao regimento interno disciplinar a matéria.
- e) A autonomia administrativa dos tribunais permite que a eleição de seus órgãos diretivos seja realizada por indicação do chefe do Poder Executivo estadual, desde que haja previsão em lei estadual.

44. João, brasileiro nato, maior de idade, analfabeto, nunca se alistou como eleitor e formulou um requerimento à Secretaria de Saúde do município Beta, solicitando a ampliação do atendimento médico gratuito na região onde reside. O pedido, entretanto, foi negado sob o argumento de que João não é cidadão e que a Lei Municipal nº Y exige o pagamento de uma taxa administrativa para a análise de solicitações individuais.

À luz da Constituição da República, a negativa da Secretaria de Saúde foi:

- a) correta, pois a ausência de alistamento eleitoral impede que João exerça plenamente seus direitos políticos e administrativos.
- b) correta, pois a cobrança da taxa administrativa é constitucional e aplicável a todos os requerimentos individuais à administração pública.
- c) errada, pois João, mesmo sem ser eleitor, pode exercer direitos fundamentais, os quais são garantidos aos brasileiros e estrangeiros, não podendo ser exigido o pagamento da taxa para peticionar ao poder público.
- d) correta, pois apenas os cidadãos em pleno gozo dos direitos políticos podem peticionar às autoridades públicas.
- e) errada, pois João deveria ter sido previamente notificado para regularizar sua situação eleitoral antes de ter seu pedido negado.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Rodrigo Bet*

45. Assinale a alternativa que representa corretamente uma manifestação do poder de autotutela na Administração Pública:

- a) O controle finalístico que a Administração Direta exerce sobre fundações públicas por ela instituídas
- b) A possibilidade de a própria Administração anular seus atos ilegais ou revogá-los por conveniência, sem necessidade de decisão judicial.
- c) A imposição de sanções a particulares que descumprem normas administrativas de polícia.
- d) A reavaliação judicial de atos discricionários administrativos quando houver desvio de finalidade ou abuso de poder.
- e) O controle exercido pela Administração Direta sobre contratos firmados por entidades da Administração Indireta com base em subordinação hierárquica.

46. Os atos administrativos possuem cinco elementos essenciais: competência, finalidade, forma, motivo e objeto. A ausência ou vício em qualquer desses elementos compromete a validade do ato. Considerando esse contexto, assinale a alternativa que representa corretamente o elemento “motivo” do ato administrativo:

- a) O conteúdo do ato administrativo, que corresponde ao efeito jurídico por ele produzido.
- b) A previsão normativa que confere autoridade ao agente para praticar o ato.
- c) O objetivo a ser alcançado com o ato, sempre voltado à realização do interesse público.
- d) A base fática e jurídica que fundamenta a prática do ato administrativo.
- e) A exigência legal quanto à maneira pela qual o ato deve ser formalizado.

47. No exercício da função administrativa, a Administração Pública pode agir de forma discricionária ou vinculada. Em relação ao poder vinculado, assinale a alternativa que melhor representa essa modalidade de atuação:

- a) Cabe ao agente público seguir os critérios estabelecidos em lei, sem margem para juízo de conveniência ou oportunidade.
- b) O administrador público pode escolher, entre várias soluções legais, a mais conveniente para o interesse público.
- c) O agente público pode criar normas gerais com base em seu poder regulamentar.
- d) Permite ao administrador revogar atos administrativos quando os considerar inconvenientes.
- e) Consiste na liberdade do agente agir segundo sua avaliação pessoal, desde que busque o interesse público.

48. Acerca da estrutura da Administração Pública e das características de seus órgãos e entidades, assinale a alternativa correta:

- a) Os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica e podem integrar tanto a Administração Direta quanto a Indireta.
- b) A Administração Direta é formada por entidades criadas por lei específica e dotadas de personalidade jurídica própria.
- c) As empresas públicas e sociedades de economia mista, por terem natureza de direito privado, não fazem parte da Administração Pública.
- d) A Administração Indireta é composta por órgãos subordinados hierarquicamente aos entes da Administração Direta.
- e) Os órgãos públicos são pessoas jurídicas autônomas com capacidade patrimonial e administrativa.

49. Com base na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), julgue os itens a seguir sobre as medidas que podem ser adotadas pela autoridade competente após o encerramento das fases de julgamento e habilitação, e o esgotamento dos recursos administrativos:

- I. A autoridade superior pode revogar a licitação caso identifique vício insanável no procedimento, ainda que sem provocação de terceiros.
- II. É possível determinar o retorno dos autos para correção de falhas identificadas no processo, mesmo após encerradas as fases procedimentais.
- III. Pode alterar os critérios definidos para julgamento das propostas, caso identifique benefício à Administração.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
- b) Apenas os itens II e III estão corretos.
- c) Apenas os itens I e III estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Apenas o item II está correto.

50. A Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí (SEFAZ-PI) firmou contrato com uma empresa para fornecimento continuado de material de informática. No curso da execução contratual, foi publicada uma lei federal instituindo novo tributo incidente sobre os produtos fornecidos, o que elevou significativamente os custos da contratada. Diante desse cenário, a empresa solicitou o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. À luz da Lei nº 14.133/2021, essa situação configura:

- a) Risco ordinário da atividade contratual, pois variações tributárias fazem parte dos encargos previsíveis da contratada.
- b) Cláusula exorbitante, pois a Administração pode alterar unilateralmente o contrato sem que isso gere reequilíbrio financeiro.
- c) Fato do príncipe, já que se trata de um ato estatal genérico que impactou os encargos contratuais, autorizando a recomposição do equilíbrio.

d) Fato do príncipe, mas o pedido de reequilíbrio somente poderá ser feito após a conclusão e entrega do objeto contratual.

e) Fato da Administração, pois a SEFAZ-PI, como contratante, responde por qualquer alteração que afete a execução do contrato.

51. Julgue os itens abaixo com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 - LGPD):

I. Todo dado relacionado a uma pessoa natural é considerado um dado pessoal sensível, devendo seguir regras específicas de tratamento.

II. O operador é o agente de tratamento responsável por tomar as decisões sobre o uso de dados pessoais.

III. Dado anonimizado é aquele que não pode identificar a pessoa titular, considerando os meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente o item I está correto.
- b) Somente o item II está correto.
- c) Somente o item III está correto.
- d) Somente os itens I e II estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

52. Julgue os itens a seguir com base na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa - LIA):

I. O agente público poderá ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa mesmo sem dolo, desde que sua conduta cause prejuízo ao erário.

II. O herdeiro ou sucessor do agente que causou dano ao erário poderá ser responsabilizado até o limite do valor do patrimônio transferido.

III. A ação destinada à aplicação das sanções por ato de improbidade administrativa prescreve em 8 anos, contados do fato ou, se for infração permanente, da cessação da ilicitude.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente o item I está correto.
- b) Somente o item II está correto.
- c) Somente o item III está correto.
- d) Somente os itens II e III estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

53. Conforme a Lei nº 12.527/2011, as informações sob a guarda de órgãos e entidades públicas podem ser classificadas por grau de sigilo, levando em conta a necessidade de proteção da sociedade e do Estado. Assinale a alternativa correta:

- a) Informações classificadas como ultrassecretas podem permanecer em sigilo por até 40 anos, prorrogáveis por igual período.
- b) Informações reservadas ficam sob sigilo por até 8 anos, contados da data de sua produção.
- c) O prazo máximo de sigilo para informações classificadas como secretas é de 10 anos, podendo ser renovado indefinidamente.
- d) Informações que possam comprometer a segurança do Presidente, do Vice-Presidente ou de seus familiares devem ser classificadas como reservadas e ficam em sigilo até o fim do mandato em exercício ou do último, se houver reeleição.

e) Informações ultrassecretas possuem sigilo máximo de 20 anos, desde que expressamente autorizado por autoridade superior.

54. O Governo do Estado do Piauí pretende contratar um artista de ampla notoriedade nacional para apresentação em evento oficial promovido pela Secretaria de Cultura. O artista é representado com exclusividade por uma empresa responsável por sua agenda. Considerando a Lei nº 14.133/2021, essa contratação:

- a) Configura hipótese de inexigibilidade de licitação, pois a exclusividade na representação e a consagração do artista tornam inviável a competição.
- b) Deve ser realizada obrigatoriamente por meio de licitação, uma vez que a contratação de artistas não está prevista como exceção legal.
- c) Trata-se de caso de dispensa de licitação, pois a existência de agente exclusivo não impede a realização de procedimento competitivo.
- d) Exige comprovação de que não há outros artistas disponíveis para justificar a contratação sem licitação.
- e) Pode ser realizada por dispensa de licitação, com base na liberdade da Administração em definir atrações culturais.

CONHECIMENTOS REGIONAIS*Alessandra Lopes*

55. “A grande expansão da pecuária, com a consequente devastação da floresta, levou os indígenas a reagir com mais força. Com isso, aumentaram as denúncias de ataques e os pedidos de socorro aos governadores da Bahia e do Maranhão, que chegaram a organizar expedições punitivas contra os nativos. [...] É nesse contexto que se inserem as chamadas guerras justas, autorizadas pelas autoridades coloniais. Apesar da legislação que proibia a escravização dos índios, ela era amplamente desrespeitada.”

(Adaptado de: MOREL, Marco. *História do Piauí: uma visão contemporânea*. Teresina: EDUFPI, 2009.)

Assinale a alternativa que **melhor expressa** o caráter contraditório da política colonial portuguesa em relação aos povos indígenas no Piauí:

- a) A legislação colonial incentivava a escravidão indígena por meio das guerras justas, autorizadas pelas Câmaras Municipais.
- b) Apesar de haver proibições legais à escravidão indígena, a lógica econômica e política da colônia favorecia sua prática.
- c) As guerras contra os indígenas foram abolidas no século XVIII por pressão da Coroa portuguesa e dos fazendeiros.
- d) As leis que proibiam a escravidão dos indígenas foram aplicadas com rigor, exceto no Piauí, onde a desobediência era cultural.
- e) O governo do Maranhão sempre se opôs à utilização de mão de obra indígena, priorizando a vinda de escravizados africanos.

56. “Durante o período imperial, a política piauiense foi marcada pelo predomínio das elites agrárias, que organizavam suas bases de poder a partir dos grandes latifúndios e do clientelismo. As disputas eleitorais eram frequentemente resolvidas por meio de pactos entre as oligarquias locais, controlando o acesso às câmaras municipais e à representação provincial.”

(SANDES-FREITAS, Vítor. *Herança e História Política no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2020.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o período, é correto afirmar que o cenário político do Piauí durante o Império:

- a) Representava uma ruptura com o modelo patrimonialista herdado do período colonial.
- b) Favorecia a ampla participação popular nas decisões políticas da província.
- c) Era marcado pela institucionalização da democracia direta nas vilas e cidades.
- d) Reproduzia práticas de dominação política baseadas em redes familiares e controle agrário.
- e) Estimulava a concorrência política entre os setores médios urbanos e os grandes proprietários.

57. “O Piauí integrou-se tardiamente ao ciclo da cana-de-açúcar e do ouro, mas desde cedo destacou-se como espaço de criação extensiva de gado, essencial para o abastecimento interno da colônia. A ocupação de seu território foi impulsionada por criadores vindos da Bahia e do Maranhão, que avançavam pelos sertões em busca de pastagens.”

(Adaptado de: LIRA NETO. *História do Brasil para quem tem pressa*. Rio de Janeiro: Valentina, 2015.)

Sobre a ocupação do território piauiense, assinale a afirmativa correta:

- a) O Piauí foi integrado inicialmente ao ciclo da cana-de-açúcar, sendo sua pecuária apenas complementar.
- b) A criação de gado era praticada em pequenas propriedades, com trabalho exclusivamente familiar.
- c) A dinâmica da ocupação piauiense revela o papel dos sertões como espaço estratégico para a economia colonial.
- d) O processo de ocupação limitou-se ao litoral, com foco no comércio marítimo com Pernambuco.
- e) A atividade pastoril não influenciou na estrutura fundiária nem na formação social do estado.

58. “Na segunda metade do século XX, o Piauí passou a integrar projetos de desenvolvimento nacional, com destaque para a construção de rodovias e a interiorização dos serviços públicos. No entanto, essas políticas muitas vezes ignoraram as especificidades regionais, aprofundando desigualdades e consolidando um modelo de modernização excludente.”

(Adaptado de: ELIAS, Paulo Henrique. *Piauí: território e desenvolvimento*. Teresina: EDUFPI, 2011.)

A partir do trecho, é possível inferir que:

- a) A modernização do Piauí eliminou as desigualdades regionais ao integrar o estado ao Sudeste.
- b) A infraestrutura rodoviária ampliou as oportunidades de desenvolvimento equilibrado no território piauiense.
- c) Os projetos de desenvolvimento nacional beneficiaram amplamente a população do semiárido piauiense.
- d) A inserção do Piauí em políticas nacionais resultou em crescimento homogêneo entre as regiões do estado.
- e) As políticas de modernização adotadas reproduziram desigualdades históricas e ignoraram as realidades locais.

59. “O Piauí tem hoje uma das menores extensões de litoral do Brasil, com apenas 66 km de costa. Ainda assim, essa área abriga ecossistemas de grande valor ambiental e econômico, como o Delta do Parnaíba, único delta em mar aberto das Américas.”

(Adaptado de: IBGE e SEMAR/PI)

Considerando o contexto apresentado, é correto afirmar que:

- a) A curta faixa litorânea impede qualquer desenvolvimento econômico ou turístico na região.
- b) O litoral piauiense não possui relevância ecológica por se localizar fora da zona de transição entre biomas.

c) O Delta do Parnaíba representa uma exceção natural de grande importância para o turismo e a preservação ambiental.

d) A economia litorânea do Piauí baseia-se exclusivamente na exploração petrolífera e portuária.

e) O litoral do estado é o mais urbanizado do Nordeste, com alta densidade populacional.

60. “O processo de redemocratização no Piauí, como no restante do Brasil, foi marcado por tensões entre o legado das oligarquias e o surgimento de novos atores sociais e políticos. O eleitorado urbano começou a ganhar protagonismo, mas práticas como o clientelismo e o controle das máquinas administrativas continuaram a influenciar fortemente o cenário político.”

(Adaptado de: SANDES-FREITAS, Vítor. *Herança e História Política no Piauí*. EDUFPI, 2020.)

Assinale a alternativa que expressa corretamente um dos dilemas da transição democrática no Piauí:

- a) A eliminação total do clientelismo permitiu a consolidação de instituições políticas modernas.
- b) A redemocratização foi caracterizada por rupturas drásticas com o passado oligárquico.
- c) As práticas políticas tradicionais continuaram presentes, mesmo com a ampliação do voto urbano.
- d) A ascensão de novos atores sociais anulou a influência das elites políticas regionais.
- e) A substituição da população rural pela urbana nas eleições impediu o voto de cabresto.

61. “A educação no Piauí, especialmente nas áreas rurais e periféricas, enfrenta ainda hoje desafios históricos que remontam à ausência de investimentos estruturantes nas décadas anteriores. A precariedade das escolas, a carência de professores e as altas taxas de evasão escolar dificultam a construção de uma cidadania ativa e crítica.”

(Adaptado de: CUNHA, Luiz. *Educação e Desenvolvimento no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2015.)

Com base no texto, pode-se inferir corretamente que:

- a) A universalização da educação básica no estado garantiu qualidade e equidade nos territórios rurais.
- b) As desigualdades educacionais no Piauí estão relacionadas a fatores históricos e estruturais.
- c) O estado resolveu suas dificuldades educacionais por meio de parcerias com grandes universidades privadas.
- d) A evasão escolar está relacionada à saturação da rede educacional piauiense.
- e) As políticas públicas voltadas à educação rural no estado são recentes, mas já resolveram os principais problemas.

62. “Durante a Primeira República, o chamado ‘coelhado’ foi um fenômeno característico da política piauiense. Refere-se à prática de formação de blocos oligárquicos regionais em torno de lideranças poderosas, como os Coelho Rodrigues, que exerceram controle sobre a máquina pública e os processos eleitorais por décadas.”

(Adaptado de: MOREIRA, J. A. *Coronelismo e Política no Piauí*. EDUFPI, 2012.)

Considerando o texto e os conhecimentos sobre o período, é correto afirmar:

- a) O “coelhado” foi um movimento de oposição ao coronelismo e à política dos governadores.
- b) Representava o enfraquecimento da influência das oligarquias no interior do estado.

- c) Constituiu-se como uma rede de poder oligárquico que articulava interesses regionais e controle eleitoral.
- d) Tratava-se de um projeto de urbanização das elites políticas piauiense no século XX.
- e) Refere-se à atuação dos setores médios urbanos na política local, contrários aos latifundiários.

63. “O Piauí abriga parte significativa do Parque Nacional da Serra da Capivara, reconhecido como Patrimônio Mundial pela UNESCO. As pesquisas arqueológicas realizadas na região desde os anos 1970 trouxeram importantes contribuições para a compreensão do povoamento humano nas Américas.”

(Fonte: FUMDHAM / UNESCO)

Sobre o patrimônio arqueológico e cultural do Piauí, é correto afirmar:

- a) O Parque Nacional da Serra da Capivara foi tombado como Patrimônio Mundial por seus ecossistemas únicos, não por sua relevância arqueológica.
- b) A região da Serra da Capivara possui sítios arqueológicos que colocam em xeque teorias tradicionais sobre o povoamento do continente americano.
- c) As pinturas rupestres da Serra da Capivara são recentes e não possuem valor histórico reconhecido internacionalmente.
- d) As descobertas arqueológicas do Piauí são restritas à década de 1970 e não receberam continuidade.
- e) O reconhecimento da UNESCO deve-se ao projeto de exploração econômica da região através da mineração e do turismo de massa.

64. “A economia piauiense apresenta grande dependência das transferências federais e possui baixa participação da indústria de transformação. A agricultura e o setor de serviços têm maior peso na formação do PIB estadual, sendo a agropecuária concentrada em culturas voltadas para exportação como soja e algodão.”

(Adaptado de: IBGE, Contas Regionais / SEPLAN-PI)

A partir da leitura do excerto, é correto concluir que:

- a) O setor industrial é o motor principal da economia piauiense, com destaque para a produção de eletrodomésticos.
- b) A independência financeira do estado foi conquistada por meio do crescimento da indústria química.
- c) A estrutura econômica do estado reflete uma dualidade entre agricultura mecanizada e dependência fiscal.
- d) O setor primário foi substituído integralmente pelos serviços, graças à diversificação econômica.
- e) A produção de soja e algodão é responsável pela redução da desigualdade socioeconômica no estado.

65. “O Piauí está localizado em uma zona de transição ecológica conhecida como Meio-Norte, situada entre a Amazônia e o Sertão nordestino. Essa posição geográfica confere ao estado uma diversidade de paisagens naturais, com presença de clima semiárido no interior, vegetação de caatinga, cerrados ao sul e matas úmidas no litoral e na divisa com o Maranhão. Essa diversidade interfere diretamente nas práticas econômicas e na ocupação do território.”

(Adaptado de: Atlas Geográfico Escolar – IBGE, 2021)

Com base no texto e nos conhecimentos geográficos, assinale a alternativa correta:

- a) A diversidade natural do Piauí é reduzida devido à homogeneidade do clima tropical úmido em todo o estado.

- b) O litoral do estado está inserido integralmente no domínio do cerrado, o que facilita a expansão agrícola mecanizada.
- c) O território piauiense integra três domínios naturais distintos, o que contribui para contrastes regionais e socioeconômicos.
- d) A posição geográfica do Piauí impede a influência de massas de ar úmidas vindas do litoral atlântico.
- e) A caatinga recobre apenas a região sul do estado, não sendo encontrada nas áreas centrais e norte.

66. “Apesar de possuir o menor litoral do Nordeste, com apenas 66 km de extensão, o Piauí destaca-se por apresentar um delta em mar aberto — o Delta do Parnaíba —, fenômeno raro nas Américas. A região litorânea também apresenta formações de mangues, dunas móveis e restingas, que possuem grande importância ecológica e econômica para o estado.”

(Fonte: SEMAR/PI; IBGE)

A partir do excerto e da realidade geográfica do estado, é correto afirmar que:

- a) O Delta do Parnaíba representa um diferencial geográfico e ecológico importante no contexto nacional.
- b) A presença de um delta em mar aberto indica elevada densidade populacional e urbanização na região.
- c) O litoral do Piauí é insignificante do ponto de vista ambiental e apresenta baixo potencial para o ecoturismo.
- d) A planície litorânea do estado apresenta clima semiárido, com escassez de recursos hídricos e vegetação rarefeita.
- e) A costa piauiense é recortada por falésias e apresenta solo fértil voltado à agricultura irrigada de larga escala.

67. “O rio Poty nasce no estado do Ceará e atravessa parte do território piauiense até desaguar no rio Parnaíba, sendo o principal curso d’água que banha a cidade de Teresina. Ao longo de sua bacia hidrográfica, desempenha importante papel ecológico, econômico e urbano, influenciando a ocupação territorial e a qualidade ambiental da região metropolitana da capital.”

(Adaptado de: SEMAR/PI; ANA – Agência Nacional de Águas)

Considerando os aspectos físicos e socioambientais do rio Poty, assinale a alternativa correta:

- a) Por atravessar apenas áreas rurais e de relevo plano, o rio Poty não sofre pressões ambientais nem risco de poluição.
- b) O rio Poty é um afluente do rio São Francisco, com nascente e foz situadas inteiramente no território piauiense.
- c) O rio Poty tem origem no cerrado goiano e não apresenta contribuição significativa para o regime hídrico do rio Parnaíba.
- d) A importância do rio Poty é exclusivamente histórica, relacionada às rotas de gado do período colonial.
- e) A bacia do rio Poty é fundamental para o abastecimento de água da cidade de Teresina e sofre com processos de degradação ambiental.

68. “Localizado no sudeste do Piauí, o Parque Nacional da Serra da Capivara abriga a mais rica concentração de sítios arqueológicos das Américas, com milhares de pinturas rupestres e vestígios que remontam a mais de 25 mil anos. O reconhecimento como Patrimônio Mundial pela UNESCO consolidou sua importância para o debate sobre o povoamento pré-histórico do continente. Ainda assim, o parque enfrenta dificuldades recorrentes de financiamento, infraestrutura e políticas públicas de preservação.”

(Adaptado de: FUMDHAM; UNESCO; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN)

Com base no excerto e nos conhecimentos sobre a Serra da Capivara, assinale a alternativa correta:

- a) O Parque Nacional da Serra da Capivara foi criado para preservar o cerrado do Piauí, sem vínculo com patrimônio cultural.
- b) As descobertas da Serra da Capivara contribuíram para reforçar a teoria do povoamento exclusivamente pelo Estreito de Bering.
- c) A importância científica do parque reside na exclusividade de fósseis de megafauna, e não na presença de arte rupestre.
- d) O reconhecimento internacional da Serra da Capivara está associado à sua relevância arqueológica e aos debates sobre a ocupação humana nas Américas.
- e) O parque está totalmente consolidado do ponto de vista da gestão pública e não enfrenta problemas orçamentários ou de acesso.

69. “As expressões culturais do Piauí revelam a diversidade histórica e étnica do estado, com influências indígenas, africanas e ibéricas. Dentre essas manifestações, destaca-se o artesanato em carnaúba, a cerâmica tradicional e as festas populares, como o Bumba Meu Boi e o Reisado. Algumas dessas práticas já foram reconhecidas como patrimônio cultural imaterial em âmbito estadual ou federal, constituindo parte da identidade piauiense e da memória coletiva das comunidades.”

(Adaptado de: Secretaria de Cultura do Piauí; IPHAN – Inventário Nacional de Referências Culturais)

Com base no excerto e nos conhecimentos sobre o patrimônio cultural do Piauí, assinale a alternativa correta:

- a) As manifestações culturais do Piauí têm origem exclusivamente europeia, com predomínio das festas cristãs medievais.
- b) O Bumba Meu Boi, expressão presente no Piauí, representa um sincretismo cultural e está associado a narrativas populares de resistência.
- c) A cerâmica piauiense é produzida apenas em contextos industriais e não se vincula às tradições locais.
- d) O artesanato em carnaúba foi banido por ser considerado prática predatória e sem valor simbólico.
- e) O reconhecimento de bens culturais como patrimônio exige necessariamente que estejam tombados como patrimônio material.

70. “Nos últimos anos, a economia do Piauí tem apresentado crescimento em setores específicos, como o agronegócio na região dos cerrados e o setor de energia renovável. Apesar disso, o estado continua com uma das maiores dependências de transferências federais do país. A concentração de atividades econômicas em determinadas microrregiões e a baixa diversificação industrial refletem desafios históricos de desenvolvimento regional e sustentabilidade fiscal.”

(Adaptado de: IBGE – Contas Regionais; SEPLAN/PI; CEpro – Centro de Estudos Econômicos do Piauí)

Com base no excerto e nos conhecimentos sobre a economia piauiense contemporânea, assinale a alternativa correta:

- a) O setor de energia solar e eólica tem avançado no estado, especialmente em áreas com baixo potencial agrícola.
- b) A economia do Piauí é amplamente industrializada e autônoma, com baixo grau de dependência de recursos federais.
- c) A produção agroexportadora no Piauí é homogênea em todo o território e tem como principal cultura a cana-de-açúcar.
- d) A capital, Teresina, concentra a maior parte da atividade agropecuária exportadora do estado.
- e) O interior do Piauí tem sido marcado pela retração econômica e abandono das políticas públicas de infraestrutura.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Emannuelle Gouveia

71. A tecnologia que revolucionou a indústria da Informática e permite a instalação e configuração de equipamentos sem a intervenção do usuário é chamada de:

- a) conexão automática
- b) capacidade interativa
- c) plug and play
- d) USB
- e) FireWire

72. No Excel, o usuário digitou na célula A1 o valor 5 e na célula A2 a fórmula: =A1+1, em seguida apertou enter, depois voltou a célula A2, posicionou-se na alça de preenchimento e arrastou o conteúdo até a célula A10. O que aparecerá na célula A10 ao fim desse procedimento:

- a) 14.
- b) 10.
- c) 9
- d) 15.
- e) 16.

73. Das letras abaixo, marque a que indica uma referência em que a coluna está relativa e a linha absoluta:

- a) \$D\$2.
- b) \$D2.
- c) D2
- d) D\$2.
- e) 2D.

74. O ataque no qual um cavalo de troia pode introduzir um backdoor é o:

- a) Sniffer
- b) RAT
- c) BOT
- d) Worm
- e) Ransomware

75. Programas colocados na máquina do usuário, com o intuito de roubar informações e hábitos de navegação em geral para distribuição no mercado ilícito são chamados de:

- a) spyware
- b) cookies
- c) spam
- d) Big Data
- e) firewall

76. Analise as afirmativas abaixo e marque a INCORRETA

- a) ELT carrega os dados brutos diretamente no repositório de destino
- b) O primeiro estágio da ETL, chamado carregamento, realiza a carga de dados no repositório de destino
- c) No ETL o carregamento é o último passo do processo.
- d) Tanto o ETL quanto o ELT iniciam com a extração dos dados.
- e) O ELT exige menos tempo e recursos, pois seus dados são carregados em paralelo;

77. Um Sistema de Informação está sujeito a falhas durante a execução de uma transação. Caso haja uma falha geral do sistema no meio de uma transação e o banco de dados não seja capaz de voltar ao estado original dos dados antes da falha, falamos que ocorreu um problema de:

- a) integridade.
- b) redundância.
- c) ruptura de acesso.
- d) atomicidade.
- e) isolamento.

78. Sobre SQL, analise:

- I - Um dos comandos do DML (Data Manipulation Language) é o UPDATE.
- II - CREATE e DELETE são comandos da DCL (Data Control Language).
- III - Dois comandos do DDL (Data definition Language) são ALTER E DROP.

Está(ão) correta(s), apenas:

- a) I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I e III.
- e) III.

79. Das letras abaixo, marque aquela que NÃO indica uma característica dos dados informacionais ou analíticos:

- a) Seu conteúdo é formado por: valores sumarizados, calculados, integrados de várias fontes.
- b) Sua organização é por assuntos/negócios.
- c) Sua natureza é dinâmica.
- d) Seu uso é estruturado em fatos/dimensões, com processamento analítico e preditivo.
- e) Seu tempo de resposta, por se tratar de análises mais complexas, podem ser maiores.

80. Uma maneira alternativa de observação de dados de uma ou mais entidades (tabelas), que compõem uma base de dados e que pode ser considerada como uma tabela virtual ou uma consulta armazenada é:

- a) Índice.
- b) View.
- c) Chave estrangeira.
- d) Chave primária.
- e) Chave Composta.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

81. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I - É legítima a criação, por parte dos Estados e do DF, de taxa de combate a incêndios, tendo em vista tal atividade ser desempenhada pelo Corpo de Bombeiros Militar, no âmbito da Segurança Pública, que é exercida pelos Estados e DF.
- II - É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- III - Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I, II e III.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) III.

82. Entre as situações abaixo, a única que, necessariamente, se submete ao Princípio da Legalidade é:

- a) Redução e restabelecimento de alíquota da CIDE-Combustíveis.
- b) Fixação de alíquota do ICMS-Combustível.
- c) Alteração da alíquota do IOF.
- d) Alteração da alíquota do IR.
- e) Alteração de Prazo de Recolhimento de Tributo.

83. O Estado alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, o Estado aplica em suas atividades institucionais.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança de tributos do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedida aos Entes Federados.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a União é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e a União, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que a União não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU é devido, e o particular, na figura de responsável tributário, deve efetuar o pagamento.

84. Em relação aos impostos de Competência dos Estados, julgue os itens a seguir:

- I - Cabe à Resolução do Senado Federal estabelecer as alíquotas máximas do ITCMD - Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação.
- II - Resolução do Senado Federal poderá estabelecer as alíquotas internas mínimas do ICMS.
- III - Salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser superiores às previstas para as operações interestaduais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

85. A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

- a) à situação econômica do sujeito ativo.
- b) ao erro ou à ignorância inescusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato.
- c) a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso.
- d) à diminuta importância da obrigação tributária.
- e) ao interesse do sujeito passivo.

86. São características do Imposto Seletivo, de Competência da União, conforme previsão dada pela Reforma Tributária, exceto: .

- a) incidirá sobre as exportações e sobre as operações com energia elétrica e com telecomunicações.
- b) incidirá uma única vez sobre o bem ou serviço.
- c) não integrará sua própria base de cálculo.
- d) integrará a base de cálculo do IBS.
- e) poderá ter o mesmo fato gerador e base de cálculo de outros tributos.

87. Assinale a alternativa que apresente corretamente uma característica do IBS – Imposto sobre Bens e Serviços:

- a) Será instituído por meio de Lei Ordinária Federal.
- b) Será instituído por meio de Lei Ordinária Estadual.
- c) Integrará sua própria Base de Cálculo.
- d) Lei Complementar definirá sua alíquota de referência, que será aplicada se outra não houver sido estabelecida pelo próprio ente federativo.
- e) Lei complementar poderá definir como sujeito passivo do imposto a pessoa que concorrer para a realização, a execução ou o pagamento da operação, ainda que residente ou domiciliada no exterior.

88. Em relação à Responsabilidade Tributária, à Luz do CTN, julgue os itens a seguir:

I-) A Capacidade Tributária Passiva pode existir, ainda que a capacidade mental do sujeito passivo esteja totalmente comprometida.

II-) Havendo previsão em lei, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

III-) No caso de Responsabilidade Solidária, salvo disposição de lei em contrário, o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) III, apenas.

89. Com relação ao Comitê Gestor do IBS, analise os itens a seguir:

I - Lei complementar poderá prever a integração do contencioso administrativo relativo ao IBS e a CBS.

II - A presidência do Comitê Gestor deverá pertencer ao conjunto dos Estados e o Distrito Federal, nos termos de Lei Complementar.

III - O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, entidade pública sob regime especial, terá independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

90. Conforme atual entendimento dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

I - É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

II - Na entrada de mercadoria importada do exterior, é legítima a cobrança do ICMS por ocasião do desembarço aduaneiro.

III - O consumidor final de serviço de telecomunicações não tem legitimidade ativa para solicitar a restituição tributária de valor indevidamente recolhido referente ao ICMS incidente sobre o fornecimento do serviço.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

91. Conforme dispõe a Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 132/2023, julgue os itens a seguir:

I - O produto da arrecadação do IBS e da CBS, incidentes sobre operações contratadas pela administração pública direta, por autarquias e por fundações públicas, inclusive suas importações, será integralmente destinado ao ente federativo contratante, mediante redução a zero das alíquotas do imposto e da contribuição devidos aos demais entes e equivalente elevação da alíquota do tributo devido ao ente contratante.

II - É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre entidades religiosas e templos de qualquer culto, exceto suas organizações assistenciais e beneficentes.

III - É possível o Imposto Seletivo ter a mesma Base de Cálculo e o mesmo Fato Gerador do IBS – Imposto sobre Bens e Serviços.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

92. Conforme prevê a Constituição Federal, em relação às novidades trazidas pela Reforma Tributária, o Sistema Tributário Nacional deve observar diversos princípios, exceto:

- a) da simplicidade.
- b) da transparência.
- c) da justiça tributária.
- d) da não cumulatividade.
- e) e da defesa do meio ambiente.

93. O comércio ABCXY Ltda., era devedora de ICMS, cujo Fato Gerador ocorreu no dia 05/05/2024, e cujo respectivo recolhimento deveria ocorrer até o dia 10/06/2024. Ocorre que somente no dia 12/06/2024 a empresa declarou ao Fisco seu débito de ICMS no valor de R\$500.000,00, e efetuou o pagamento de R\$300.000,00.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta:

- a) Há um prazo decadencial para o Fisco lançar a diferença de R\$200.000,00, a contar do primeiro dia do exercício seguinte àquele que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- b) Há um prazo decadencial para o Fisco lançar a diferença de R\$200.000,00, a contar do Fato Gerador da Obrigação.
- c) Há um prazo decadencial para o Fisco cobrar a diferença de R\$200.000,00, a contar da data da declaração ao Fisco.
- d) Há um prazo prescricional para a Fazenda Pública cobrar a diferença de R\$200.000,00, a contar da data da declaração ao Fisco.
- e) Não é caso nem de decadência e nem de prescrição, estando o sujeito passivo apenas aguardando a homologação do pagamento.

94. Em relação ao IBS – Imposto sobre Bens e Serviços, analise os itens a seguir:

I - Será informado pelo princípio da neutralidade.

II - Cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica.

III - Será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de origem da operação.

São características do IBS o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

95. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

- a) o nome do devedor e, sempre, o dos corresponsáveis, bem como, sendo o caso, o domicílio ou a residência de um e de outros.
- b) a maneira de calcular a quantia devida.
- c) a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado.
- d) a data em que foi extinta.
- e) sempre, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

Eduardo Da Rocha

96. Sobre a concessão de benefícios fiscais no âmbito do ICMS conforme a legislação do Estado do Piauí, assinale a alternativa correta:

- a) Uma vez deferido o benefício fiscal por despacho da autoridade competente, o contribuinte passa a ter direito adquirido à sua fruição, mesmo que deixe de cumprir as condições legais posteriormente.
- b) Quando o benefício fiscal for condicionado ao cumprimento de uma obrigação futura, e essa condição não se realizar, o imposto será devido apenas após apuração do fisco, sem imposição de multa.
- c) O contribuinte beneficiado por isenção fiscal está dispensado do cumprimento das obrigações acessórias enquanto perdurar o benefício.
- d) O descumprimento das condições legais do benefício fiscal, ainda que sem dolo ou simulação, enseja a revogação do benefício e a cobrança do imposto acrescido dos encargos legais.
- e) O regulamento não poderá exigir, na concessão de isenção e outros benefícios fiscais, documentos além dos previstos na lei, mesmo que considerados necessários à satisfação dos requisitos que lhe

sejam inerentes, ou ao controle e acompanhamento da concessão.

97. A empresa Viação Brilho do Sol Ltda. realizou uma prestação de serviço de transporte interestadual de passageiros, com início no Maranhão e destino final em Teresina, capital do Piauí. O tomador do serviço foi a própria passageira, pessoa física não contribuinte do ICMS, que adquiriu sua passagem diretamente no site da transportadora. Com base na legislação do ICMS do Estado do Piauí, assinale a alternativa correta quanto à incidência e ao Estado competente para exigir o imposto:

- a) O ICMS é devido ao Estado do Maranhão, local de início da prestação, sem incidência de diferencial de alíquota.
- b) O ICMS é devido ao Estado do Piauí, com incidência de diferencial de alíquota, pois se trata de operação destinada a consumidor final não contribuinte.
- c) O ICMS é devido ao Estado do Maranhão, com incidência de diferencial de alíquota em favor do Estado de destino.
- d) O ICMS é devido ao Estado do Piauí, sem incidência de diferencial de alíquota, pois o transporte termina naquele Estado.
- e) O ICMS é devido proporcionalmente a ambos os Estados, com partilha da receita tributária conforme regra de repartição interestadual.

98. A empresa TransLeste Logística Ltda. foi contratada para transportar uma carga de eletrodomésticos do Estado de São Paulo até Teresina, no Piauí, destinada a uma pessoa física. Ao chegar ao destino, a transportadora entregou a mercadoria mesmo sem constar qualquer comprovação do pagamento da diferença de alíquotas devida ao Estado do Piauí. O remetente, sediado em São Paulo, não possui inscrição no cadastro de contribuintes do Piauí. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) A responsabilidade pelo recolhimento do imposto é exclusiva do remetente paulista, independentemente de possuir ou não inscrição no Estado do Piauí.
- b) A transportadora responderá solidariamente pelo imposto relativo à diferença de alíquotas, pois entregou a mercadoria sem comprovação do pagamento do imposto devido.
- c) A responsabilidade solidária da transportadora somente se configura quando ela entrega a mercadoria sem nota fiscal ou com documento fiscal inidôneo.
- d) Como a destinatária é pessoa física não contribuinte, não há imposto a recolher nessa operação, sendo indevida qualquer responsabilização.
- e) A transportadora só será responsabilizada se a mercadoria for vendida em trânsito, o que não ocorreu neste caso.

99. A empresa piauiense ImportaMais Ltda. importou da Alemanha uma carga de equipamentos eletrônicos. No processo de nacionalização da mercadoria, a autoridade aduaneira, ao verificar divergência no valor declarado, arbitrou uma nova base de cálculo para o Imposto de Importação. Além disso, a empresa arcou com despesas de capatazia e armazenagem no porto, bem como com o pagamento do IPI e do IOF. Com base na legislação do ICMS do Piauí, assinale a alternativa correta quanto à base de cálculo do imposto na importação:

- a) A base de cálculo deve considerar exclusivamente o valor da mercadoria constante dos documentos de importação, sendo vedada a inclusão de tributos federais e despesas portuárias.
- b) A base de cálculo deve incluir o valor da mercadoria declarado, bem como o valor do II, do IPI, do IOF e todas as despesas aduaneiras efetivamente pagas.
- c) O valor arbitrado pela autoridade aduaneira para o Imposto de Importação substitui o valor declarado da mercadoria na base de cálculo do ICMS.
- d) A taxa de câmbio utilizada para conversão do valor da mercadoria será sempre a vigente no dia do pagamento da fatura ao fornecedor estrangeiro.
- e) Despesas como capatazia e armazenagem somente poderão compor a base de cálculo do ICMS se não tiverem sido incluídas na base do Imposto de Importação.

100. Qual é a base de cálculo do ICMS, segundo a legislação do Estado do Piauí, na hipótese de encerramento da atividade do contribuinte relativamente ao estoque final de mercadorias?

- a) O valor original de aquisição das mercadorias, conforme nota fiscal de entrada.
- b) O valor contábil registrado no balanço patrimonial da empresa.
- c) O valor residual líquido das mercadorias, apurado após depreciação.
- d) O valor venal das mercadorias, conforme estimativa da autoridade fiscal.
- e) O preço corrente de venda das mercadorias no mercado, aplicável ao estoque final.

101. Qual é a alíquota interna do ICMS, segundo a legislação do Estado do Piauí, aplicável às operações com programas para computadores em meio magnético ou óptico, quando comercializados dentro do Estado?

- a) 7%
- b) 12%
- c) 21%
- d) 25%
- e) 22,5%

102. (Inédita/Prof. Eduardo da Rocha) Com base no Regulamento do ICMS do Estado do Piauí, analise as afirmativas abaixo sobre os requisitos para imputação ou transferência de crédito acumulado de ICMS entre estabelecimentos no Estado:

- I. A transferência de crédito acumulado exige que o contribuinte esteja em situação regular quanto às suas obrigações principais e acessórias.
- II. A existência de débito inscrito em dívida ativa impede a imputação ou transferência do crédito acumulado, mesmo que o contribuinte esteja em dia com suas demais obrigações.
- III. Além da regularidade e da inexistência de débito inscrito em dívida ativa, o contribuinte deve atender outras exigências previstas no regulamento para poder transferir o crédito acumulado.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

103. Com base no Regulamento do ICMS do Estado do Piauí, analise as afirmativas abaixo sobre o parcelamento do crédito tributário:

- I. O crédito tributário pode ser parcelado em até 60 prestações mensais, desde que nenhuma parcela seja inferior a 200 UFRs-PI, salvo para microempresas e empresas de pequeno porte.

II. Microempresas e empresas de pequeno porte podem parcelar seus débitos em até 60 vezes, sendo que a parcela mínima, nesses casos, é de 50 UFRs-PI.

III. O contribuinte substituto localizado no Estado poderá parcelar o imposto cobrado e retido do substituído em até 60 vezes, desde que respeitado o valor mínimo por parcela.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

104. Com base na legislação do ICMS do Estado do Piauí, analise as afirmativas abaixo sobre a representação fiscal para fins penais:

- I. A autoridade fazendária deve encaminhar representação ao Ministério Público nos casos em que tomar conhecimento de fatos que possam caracterizar o crime de sonegação fiscal.
- II. A representação deve ser instruída com relatório circunstanciado e as principais peças do processo, e encaminhada dentro do prazo legal, após decisão administrativa definitiva.
- III. Ainda que o contribuinte pague integralmente o débito dentro do prazo constante da notificação, a autoridade fazendária deve formalizar e encaminhar a representação.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

105. Com base na lei do IPVA do Estado do Piauí, analise as afirmativas abaixo sobre a base de cálculo do imposto:

- I. Para veículos usados, a base de cálculo será o valor venal constante da nota fiscal de aquisição, atualizado monetariamente pela Secretaria da Fazenda.
- II. Em caso de perda total do veículo por sinistro, exceto roubo ou furto, o IPVA será calculado proporcionalmente, mas não será restituído se o imposto já tiver sido pago.
- III. Para veículos novos, a base de cálculo será o valor da nota fiscal ou do documento de transferência, desde que não seja inferior ao valor de mercado.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa I está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa II está correta.

106. Com base na legislação do IPVA do Estado do Piauí, analise as afirmativas abaixo sobre hipóteses de isenção do imposto:

- I. A isenção prevista para embarcação pertencente a pescador profissional aplica-se somente a uma única embarcação, desde que utilizada na atividade de pesca artesanal e comprovada por entidade representativa da categoria.
- II. Veículos com motor de até 50 cilindradas e veículos com mais de 15 anos de fabricação são isentos do IPVA no Estado do Piauí.
- III. A isenção para veículos adaptados a pessoas com deficiência física está limitada a apenas um veículo por beneficiário.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa I está correta.

d) Todas as afirmativas estão corretas.

e) Apenas a afirmativa II está correta.

107. Com base na Lei nº 4.254/88, no que tange às isenções do pagamento de taxas no âmbito do Estado do Piauí, analise as afirmativas abaixo:

- I. São isentos do pagamento de taxas os responsáveis por promoções de caráter recreativo, desde que toda a renda seja destinada a instituições de caridade reconhecidas.
- II. Os teatros particulares de pequeno porte localizados em municípios com menos de 20 mil habitantes são isentos de taxas estaduais em razão de seu caráter cultural.
- III. Estudantes que requerem matrícula em estabelecimentos de ensino oficial gratuito estão dispensados do pagamento da taxa correspondente ao ato.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa II está correta.

108. Com base na LC 214/25, analise as afirmativas abaixo sobre hipóteses de incidência do IBS e da CBS com valor inferior ao de mercado:

- I. A entrega de bonificações de mercadorias **não está sujeita à incidência do IBS e da CBS quando constar no respectivo documento fiscal e não depender de evento posterior.**
- II. A devolução de capital ao sócio, feita por meio da entrega de bens adquiridos com direito a crédito, implica incidência do IBS e da CBS, desde que o sócio não seja contribuinte no regime regular.
- III. O fornecimento gratuito de bens ou serviços por contribuinte a empresa relacionada, com a qual possua relação de controle, está sujeito à incidência do IBS e da CBS.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa I está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa II está correta.

109. Com base na LC 214/25, analise as afirmativas abaixo sobre hipóteses de redução de alíquota do IBS e da CBS:

- I. As alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre serviços de saúde e educação serão reduzidas em 60%, desde que atendidas as condições previstas na lei.
- II. Produtos de higiene pessoal e limpeza destinados a qualquer segmento da população têm alíquotas reduzidas em 60%, independentemente do perfil de consumo.
- III. Atividades desportivas têm suas alíquotas reduzidas em 60%, conforme previsão expressa da legislação.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

110. Com base na LC 214/25, analise as afirmativas abaixo sobre a base de cálculo do IBS e da CBS no regime específico aplicável aos planos de assistência à saúde:

- I. Integram a base de cálculo as receitas efetivamente recebidas, pelo regime de caixa, incluindo prêmios, contraprestações e receitas financeiras de ativos garantidores das reservas técnicas efetivamente liquidadas.
- II. São dedutíveis da base de cálculo os valores pagos a título de indenizações por eventos ocorridos, desde que devidamente provisionados na contabilidade da operadora.
- III. Os valores pagos a título de intermediação de planos de saúde e as restituições de prêmios já computados como receita podem ser deduzidos da base de cálculo.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

Rafael Rocha

111. De acordo com a lei 4.261/89, qual das alternativas abaixo descreve corretamente a base de cálculo do ITCMD ?

- a) Na hipótese de instituição de usufruto, metade do valor do bem.
- b) Para um imóvel com dívida pendente, a base de cálculo inclui o valor da dívida subtraído do valor venal.
- c) Para ações negociadas em bolsa, a base de cálculo é a cotação média da Bolsa de Valores, regredindo até 180 dias, se necessário.
- d) Para um bem avaliado pela Fazenda Pública, o valor venal só é válido por 90 dias antes de nova avaliação.
- e) Para uma sociedade cujas participações não sejam negociadas em Bolsa, com capital integralizado há menos de cinco anos em bens imóveis, a base de cálculo é o valor patrimonial das referidas participações.

112. Considere a seguinte situação hipotética: José, domiciliado no Piauí e falecido em 10/09/2024 no estado, deixou de herança participações societárias de uma empresa sua (aproximadamente 40% do valor total da herança) e imóveis localizados no Mato Grosso do Sul (aproximadamente 60% do valor total da herança). No momento do óbito, a alíquota de ITCMD aplicável prevista na legislação do Piauí era de 3%, na do Mato Grosso do Sul era de 4% e na do Mato Grosso era de 5%. Pouco mais de 6 meses após o óbito, sua viúva e única herdeira, Maria, também domiciliada no Piauí, procura um tabelionato de notas no Mato Grosso, lavrando a escritura pública de inventário e adjudicação de bens de seu falecido marido em 20/02/2025. Na data da lavratura da escritura, a alíquota de ITCMD aplicável no Mato Grosso era de 6%, no Mato Grosso do Sul era de 7% e no Piauí era de 8%. Diante desse cenário, é correto afirmar que:

- a) o ITCMD será devido em sua integralidade ao Piauí, domicílio tanto do autor da herança como da única herdeira, aplicando-se a alíquota de 3% prevista na legislação desse Estado à data do óbito.
- b) parcela do ITCMD será devida ao Estado do Piauí quanto às participações societárias, aplicando-se a alíquota de 3%, prevista na legislação desse Estado à data do óbito, enquanto a parcela incidente sobre os bens imóveis será devida ao Mato Grosso do Sul, aplicando-se a alíquota de 5%, prevista na legislação desse Estado à data do óbito.
- c) parcela do ITCMD será devida ao Estado do Piauí quanto às participações societárias, aplicando-se a alíquota de 8%, prevista na legislação desse Estado à data em que foi lavrada a escritura pública de inventário, enquanto a parcela incidente sobre os bens imóveis será devida ao Mato Grosso do Sul, aplicando-se a alíquota de 7%, prevista na legislação desse Estado à data em que foi lavrada a escritura pública de inventário.
- d) parcela do ITCMD será devida ao Estado do Mato Grosso quanto às participações societárias, aplicando-se a alíquota de 4%, prevista na legislação desse Estado à data do óbito, enquanto

a parcela incidente sobre os bens imóveis será devida ao Mato Grosso do Sul, aplicando-se a alíquota de 5%, prevista na legislação desse Estado à data do óbito.

- e) parcela do ITCMD será devida ao Estado do Mato Grosso quanto às participações societárias, aplicando-se a alíquota de 6%, prevista na legislação desse Estado à data em que foi lavrada a escritura pública de inventário, enquanto a parcela incidente sobre os bens imóveis será devida ao Mato Grosso do Sul, aplicando-se a alíquota de 7%, prevista na legislação do desse Estado à data em que foi lavrada a escritura pública de inventário.

113. De acordo com a lei 4.261/89, pode-se afirmar que não é contribuinte do ITCMD:

- a) o beneficiário, na desistência de quinhão ou de direitos feita por herdeiro.
- b) o doador domiciliado no PI, na doação de qualquer tipo de bem, se o donatário não residir nem for domiciliado no Estado.
- c) o fiduciário, na substituição do fideicomisso.
- d) o beneficiário de direito real, quando de sua instituição.
- e) o legatário, na transmissão decorrente de sucessão testamentária.

114. Considere as hipóteses a seguir.

- I. Doação de obras de arte.
- II. Cessão gratuita de direito autoral.
- III. Compra de criptomoeda.
- IV. Recebimento de meação, por ocasião de dissolução de sociedade conjugal.

Com base na lei 4.261/89, assinale a opção que indica apenas aquelas cuja transmissão são fatos geradores de Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e IV.
- d) III e IV.
- e) I e III

115. Com base na lei 6.949/17, qual o prazo para o Procurador do Estado apresentar o recurso de revista ?

- a) 10 dias.
- b) 15 dias.
- c) 20 dias.
- d) 30 dias.
- e) 60 dias.

116. Sérgio, residente e domiciliado no Estado do Piauí, doou ao filho Paulo, residente no Estado de Goiás, um rebanho com 2 mil cabeças de gado, o qual se encontra na Fazenda Riacho Doce, localizada no Estado de Mato Grosso do Sul.

- a) é devido pelo donatário no Estado de Mato Grosso do Sul, onde está o rebanho.
- b) é devido pelo donatário no Estado de Goiás, onde reside o donatário.
- c) é devido pelo doador no Estado de Goiás, onde reside o donatário.
- d) é devido pelo donatário no Estado do Piauí, onde o doador tem domicílio.

e) é devido pelo doador ao Estado do Piauí, onde o doador tem domicílio.

117. Com base na lei 6.949/17, o Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais – TARF não se reunirá em sessão plenária nos processos

- a) de recursos de revista.
- b) de consultas.
- c) de restituições de tributos.
- d) quando for arguida inconstitucionalidade de lei.
- e) quando o valor do ICMS lançado for superior a 100.000 de UFR-PI.

118. Com base na lei 3.216/73, qual das situações abaixo está correta em relação à Contribuição de Melhoria?

- a) O fato gerador é a execução de qualquer obra pública, e o responsável pelo pagamento é o locatário do imóvel beneficiado.
- b) A contribuição é devida por valorização decorrente de pavimentação de vias públicas, e o proprietário ao tempo do lançamento responde pelo pagamento.
- c) A contribuição só é cobrada se o custo da obra ultrapassar o valor fiscal do imóvel, e o enfiteuta é isento de responsabilidade.
- d) O fato gerador é a conclusão total da obra pública, e a responsabilidade pelo pagamento não se transmite aos sucessores do imóvel.
- e) A contribuição é limitada a 10% do valor do imóvel beneficiado, e o locador não pode repassar qualquer custo ao locatário.

119. Com base na lei 6.949/17, caberá à Primeira Câmara o julgamento, em grau de recurso, processos fiscais que versem sobre matéria relacionada:

- a) à indústria, ao transporte e ao comércio
- b) agricultura, à energia elétrica, à telecomunicações e ao comércio
- c) agricultura, ao transporte, à telecomunicações e ao comércio
- d) à indústria, à energia elétrica e ao comércio
- e) à telecomunicações, à indústria e ao comércio.

120. Com base na lei 6.949/17, pode-se afirmar que não haverá impedimento do julgador quando ele

- a) possuir amizade íntima com o autuado.
- b) for autor do procedimento fiscal.
- c) for parente até o quarto grau civil, do autor do procedimento fiscal, do sujeito passivo ou de seu representante.
- d) for sócio, cotista ou acionista da empresa autuada.
- e) tenha participado, ainda que indiretamente, da acusação ou do julgamento em Primeira Instância.

CONTABILIDADE GERAL

Marcondes Fortaleza

121. A empresa ILUSTRES fez a emissão de 4.000.000 de debêntures pelo valor nominal unitário de R\$ 1,875 para obtenção de um total de recursos no valor de R\$ 7.500.000,00. As características dos títulos emitidos foram as seguintes:

- Data da emissão: 31/12/2021
- Prazo total: 10 anos
- Taxa de juros: 10% ao ano
- Pagamentos: parcelas anuais de R\$ 1.220.590,46
- Gastos incorridos para a emissão e colocação das debêntures: R\$ 166.668,22

Tendo em vista que havia expectativa de que as taxas de juros sofreriam uma queda nos próximos anos, houve uma grande demanda pelas debêntures emitidas e a empresa conseguiu vendê-las pelo valor total de R\$ 8.000.000,00 e, com isto, a taxa de custo efetivo da emissão foi 9% ao ano.

O valor total das despesas apropriadas no resultado de 2022 e o saldo apresentado no balanço patrimonial em 31/12/2022 para as debêntures emitidas foram, respectivamente, em reais,

- a) 916.668,22 e 7.029.409,52.
- b) 675.000,00 e 6.954.409,52.
- c) 720.000,00 e 7.499.409,52.
- d) 704.999,86 e 7.317.741,18.
- e) 886.668,22 e 7.499.409,52.

122. Considere as seguintes informações sobre cinco ativos adquiridos pela companhia MAVIFOR:

- I. A Cia. fez uma aplicação financeira em um fundo de investimento que rende 1% am, com resgate em 200 dias
- II. A Cia. adquiriu ações da Cia. C e as classificou como para negociação.
- III. A Cia. adquiriu da Cia. D um conjunto de máquinas especiais para revendê-los.
- IV. A Cia. adquiriu títulos para manter até o vencimento, sendo este em dois anos.
- V. A Cia. tem um terreno, que não está sendo usado nem alugado, onde ela pretende construir futuramente uma filial.

A correta classificação dos ativos no balanço patrimonial, seguindo a ordem apresentada será:

- a) circulante, circulante, circulante, realizável a longo prazo e investimento.
- b) investimento, circulante, imobilizado, investimento e imobilizado.
- c) circulante, circulante, imobilizado, realizável a longo prazo e imobilizado.
- d) realizável a longo prazo, investimento, circulante, circulante e investimento.
- e) investimento, investimento, circulante, circulante e investimento.

123. A empresa CAFÉ COM CONTABILIDADE S.A. possuía alguns processos judiciais em andamento, cujas informações são dadas a seguir:

nº do Processo	Provisão Reconhecida em 31/12/2012 (em R\$)	Probabilidade de Perda em 31/12/2013	Valor Reestimado da Perda em 31/12/2013 (em R\$)
1	100.000	Provável	80.000
2	50.000	Possível	60.000
3	0,00	Provável	40.000
4	0,00	Possível	20.000

Com base nestas informações, a empresa CAFÉ COM CONTABILIDADE S.A.

- em relação ao processo 1, reconheceu na Demonstração de Resultados de 2013, o valor de R\$ 80.000 como despesa referente às Provisões.
- em relação ao processo 2, reconheceu na Demonstração de Resultados de 2013, o valor de R\$ 60.000 como ganho referente às Provisões.
- em relação ao processo 3, reconheceu na Demonstração de Resultados de 2013, o valor de R\$ 40.000 como ganho referente às Provisões.
- em relação ao processo 4, reconheceu na Demonstração de Resultados de 2013, o valor de R\$ 20.000 como despesa referente às Provisões.
- apresentou no Balanço Patrimonial de 31/12/2013 o valor de R\$ 120.000 como Provisão.

124. A empresa SAIPRALAJACARE S.A. realizou, em 01/12/2021, as seguintes vendas de mercadorias:

- Venda à vista: R\$ 400.000,00
- Venda para receber no longo prazo (15 meses) no valor nominal: R\$ 394.435,00

Se a venda efetuada a prazo tivesse sido realizada à vista o valor total das vendas seria R\$ 750.000,00. Sabendo-se que a taxa de juros praticada pela empresa nas vendas a prazo é 0,8% ao mês, a empresa SAIPRALAJACARE S.A. reconheceu na Demonstração do Resultado de 2021, especificamente com relação às vendas efetuadas em 01/12/2021,

- Receita de Vendas = R\$ 794.435,06.
- Receita de Vendas = R\$ 750.000,00, apenas.
- Receita de Vendas = R\$ 750.000,00 e Receita Financeira = R\$ 12.000,00.
- Receita de Vendas = R\$ 750.000,00 e Receita Financeira = R\$ 2.800,00.

e) Receita de Vendas = R\$ 794.435,00 e Receita Financeira = R\$ 88.871,06.

125. A empresa MAVIFOR possui um equipamento, cujo valor contábil, em 31.12.2020, está demonstrado a seguir:

- Valor de aquisição..... R\$ 400.000,00
- (-) Depr. Acumulada(R\$ 205.000,00)
- (-) Perda por Desvalorização.. (R\$ 2.000,00)
- (=) Valor contábil..... R\$ 193.000,00

Em 31.12.2021, procedendo-se ao teste de recuperabilidade do valor desses equipamentos (*impairment test*), foram obtidas as seguintes estimativas:

- Valor em Uso..... R\$ 193.500,00
- Valor Justo.....R\$ 200.000,00

Em consequência, a companhia MAVIFOR deverá registrar em 31.12.2021:

- uma perda de 500,00.
- um ganho de 500,00.
- um ganho de 2.000,00.
- um ganho de 7.000,00.
- a companhia não deverá fazer qualquer registro.

126. A Cia. MAVIFOR aplicou R\$ 200.000,00 em dois ativos financeiros, e definiu que metade dos títulos seria avaliada ao valor justo por meio de outros

resultados abrangentes e o restante seria mensurado ao custo amortizado. Os títulos possuem as mesmas características, a taxa de juros contratada foi de 1% ao mês e a aplicação ocorreu em 01/12/2021. O valor justo de cada o título, em 31/12/2021, era R\$ 101.500,00. O valor apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício de 2021 da empresa MAVIFOR a título de Receita Financeira foi, em reais,

- 1.000,00.
- 2.000,00.
- 3.000,00.
- 4.000,00.
- 5.000,00.

127. A empresa MAVIFOR S.A. apresentou, em 31 de dezembro de 2020, o total do Patrimônio Líquido no valor de R\$ 100.000,00. Durante o ano de 2021, a empresa apresentou as seguintes movimentações no seu Patrimônio Líquido:

- Integralização de capital em dinheiro R\$ 10.000,00
- Aumento de capital com reservas R\$ 2.000,00
- Lucro Líquido do Período R\$ 40.000,00
- Constituição de reserva legal R\$ 2.000,00
- Reversão de reserva para contingência R\$ 500,00
- Destinação do lucro para dividendos obrigatórios R\$ 20.000,00
- Registro de dividendos adicionais propostos R\$ 16.500,00
- Aquisição de ações em tesouraria R\$ 5.000,00

O total do Patrimônio Líquido da empresa MAVIFOR S.A. em 31 de dezembro de 2021 foi de:

- R\$ 125.000,00.
- R\$ 135.000,00.
- R\$ 120.000,00.
- R\$ 130.000,00.
- R\$ 125.500,00.

128. O Patrimônio Líquido da Cia. MAVIFOR, em 31/12/2019, era composto das seguintes contas e respectivos saldos:

Capital		Social:
.....	
.....	R\$ 250.000,00	
Reserva		Legal:
.....	
.....	R\$ 47.000,00	
Reserva		Estatutária:
.....	
.....	R\$ 25.000,00	

No ano de 2019, o lucro líquido apurado pela Cia. foi R\$ 75.000,00. No período, a empresa teve resultado positivo na equivalência patrimonial de R\$ 20.000,00 e receitas para recebimento em 2022 de R\$ 30.000,00.

Além da Reserva Legal prevista na Lei das Sociedades por Ações, o estatuto da Cia. estabelece a seguinte destinação: Dividendos mínimos obrigatórios: 40% do Lucro Líquido ajustado nos termos da Lei.

Sabendo-se que R\$ 2.000,00 do Lucro Líquido foram decorrentes de incentivos fiscais recebidos pela Cia. e esta, para não tributar este ganho, reteve-o na forma de Reserva de Incentivos Fiscais, o valor da reserva de lucros a realizar será de

- R\$ 0,00
- R\$ 30.000,00
- R\$ 25.750,00
- R\$ 28.000,00
- R\$ 3.000,00

129. A empresa MAVIFOR possuía as seguintes contas com os respectivos saldos em 30/12/2019: Duplicatas a Receber de Clientes: R\$ 300.000,00; Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa: R\$ 5.000,00; Caixa e Equivalentes de Caixa: R\$ 55.000,00; Contas a Pagar: R\$ 50.000,00 e Patrimônio Líquido: R\$ 300.000,00. No entanto, antes do encerramento do período, a empresa realizou as seguintes transações em 31/12/2019:

- Desconto de uma duplicata de R\$ 10.000,00, 30 dias antes do vencimento, com taxa de desconto comercial de 5% ao mês.
- Reconhecimento da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa. A empresa possui conhecimento de que 3% dos seus clientes nunca pagam suas dívidas.
- Recebimento de um adiantamento do cliente Pedro no valor de R\$ 7.000,00.
- Alienação de Bônus de Subscrição no valor de R\$ 6.000

Ao elaborar o balanço patrimonial de 31/12/2019, o total do patrimônio bruto e o valor do capital próprio da empresa MAVIFOR eram, respectivamente, em reais,

- a) 369.000,00 e 92.000,00.
- b) 363.500,00 e 297.000,00.
- c) 368.500,00 e 91.500,00.
- d) 368.500,00 e 302.000,00.
- e) 369.000,00 e 92.000,00.

130. O valor registrado no Patrimônio Líquido da empresa É LENHA S.A. era, em determinada data, R\$ 500.000,00. A empresa MACHADO S.A. adquiriu, nessa data, 60% das ações com direito a voto da É LENHA S.A. pagando o preço total de R\$ 650.000,00 e passando a deter o seu controle. O valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da É LENHA S.A. era, nessa mesma data, R\$ 600.000,00.

O valor do ágio reconhecido no balanço individual da empresa MACHADO S.A. na data da aquisição foi, em reais,

- a) 100.000,00.
- b) 150.000,00.
- c) 290.000,00.
- d) 350.000,00.
- e) 650.000,00.

131. Uma empresa realizou, em 31/12/2019, um contrato de arrendamento de um equipamento industrial. O contrato tem prazo de 4 anos, a empresa pagará 4 parcelas anuais de R\$ 418.669,41, vencendo-se a primeira parcela em 31/12/2020, e a taxa implícita de juros no contrato é 7% ao ano. O valor presente das parcelas do contrato, na data de início do arrendamento, era R\$ 2.500.000,00 (igual ao valor justo do equipamento) e a empresa pretende ficar com o equipamento após o término do contrato. A vida útil estimada para o equipamento é 10 anos e o valor residual esperado é R\$ 400.000,00.

Com base nestas informações, a despesa total reconhecida na Demonstração do Resultado de 2020, decorrente da operação de arrendamento realizada foi, em reais,

- a) 385.000,00.
- b) 210.000,00.
- c) 175.000,00
- d) 375.000,00.
- e) 418.669,41.

132. A Cia. MAVIFOR adquiriu, em 31/12/2018, um equipamento por R\$ 420.000,00, para pagamento em 2 anos. Se tivesse efetuado o pagamento à vista o valor teria sido R\$ 400.000,00.

Na data da aquisição, a Cia. estimou a vida útil do equipamento em 10 anos e o valor residual em R\$ 15.000,00.

Em 1/1/2020, a empresa reavaliou a vida útil do equipamento e determinou que a vida útil remanescente era 5 anos e o valor residual era R\$ 15.000,00.

Sabendo-se que o equipamento foi depreciado pelo método da soma dos dígitos, seu valor contábil evidenciado no Balanço Patrimonial da Cia. MAVIFOR, em 31/12/2020, foi, em reais,

- a) 210.000,00.
- b) 225.000,00.
- c) 230.000,00.
- d) 245.000,00.
- e) 250.000,00.

133. A Companhia MAVIFOR adquiriu para revenda mercadorias no valor de R\$ 5.000,00 no dia 22 de julho de 2020. Os impostos recuperáveis sobre a compra perfazem o total de R\$ 900,00. Sobre essa compra, a Companhia MAVIFOR também pagou frete de R\$ 100,00 com impostos recuperáveis de R\$ 20,00 e seguros no valor de R\$ 25,00.

A empresa vendeu 40% das mercadorias adquiridas no período por R\$ 3.000,00.

Na venda, foi dado um desconto de 10% porque o pagamento foi à vista.

Houve, ainda, a incidência de 18% de tributos sobre a venda.

É correto afirmar que o valor do Resultado Operacional Bruto foi de:

- a) lucro de R\$ 478,00
- b) lucro de R\$ 214,00
- c) lucro de R\$ 778,00
- d) prejuízo de R\$ 1.991,00
- e) lucro de R\$ 532,00

134. A Cia MAVIFOR declarou em 31/12/2020 dividendos no total de R\$ 50.000. Deste montante, R\$ 40.000 representavam o valor do dividendo mínimo obrigatório e o restante era adicional a esse montante.

Os valores no balanço patrimonial da Cia MAVIFOR são reconhecidos da seguinte forma:

- a) R\$ 50.000,00 no Passivo Circulante.
- b) R\$ 40.000,00 no Passivo Circulante e R\$ 10.000,00 no Patrimônio Líquido.
- c) R\$ 50.000,00 no Patrimônio Líquido.
- d) R\$ 40.000,00 no Passivo Circulante e R\$ 10.000,00 no Passivo Não Circulante.
- e) R\$ 40.000,00 no Patrimônio Líquido e R\$ 10.000,00 no Passivo Circulante.

135. Em determinado exercício social, uma empresa distribuiu dividendos de R\$ 14.000 sobre seu lucro líquido e, nesse mesmo período, foram verificadas as seguintes modificações em saldos patrimoniais:

- diminuição de R\$ 8.500 em contas a receber;
- aumento de R\$ 24.500 em estoques;
- aumento de R\$ 61.500 no imobilizado;
- aumento de R\$ 46.500 em depreciações acumuladas;
- aumento de R\$ 22.000 em fornecedores a pagar;
- aumento de R\$ 1.500 em salários e encargos a pagar;
- aumento de R\$ 3.000 em impostos e contribuições a recolher;
- aumento de R\$ 1.000 em debêntures a resgatar no curto prazo;
- redução de R\$ 21.500 em financiamentos de longo prazo a pagar;
- redução de R\$ 1.000 em impostos parcelados a vencer;
- aumento de R\$ 1.000 no capital social;
- lucro líquido do exercício R\$ 70.000.

Nessa situação hipotética, o caixa gerado nas atividades operacionais foi

- a) R\$ 124.000.
- b) R\$ 112.000.
- c) R\$ 126.000.
- d) R\$ 56.000.
- e) R\$ 128.000.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Luciana Marinho

136. Os princípios orçamentários são diretrizes fundamentais que orientam a elaboração, execução e controle dos orçamentos públicos. Eles garantem que o processo orçamentário seja transparente, eficiente e responsável. Ao verificar se a Lei Orçamentária Anual contém dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, o gestor está considerando o princípio orçamentário denominado:

- a) exclusividade.
- b) unidade.
- c) discriminação.
- d) orçamento bruto.
- e) publicidade.

137. O ciclo orçamentário é o processo contínuo e cíclico pelo qual o orçamento público é planejado, aprovado, executado e avaliado. Ele é fundamental para a gestão das finanças públicas, garantindo que os recursos sejam alocados de maneira eficiente e eficaz para atender às necessidades da sociedade. Nos termos dispostos na Constituição Federal de 1988, o Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação no projeto da Lei Orçamentária Anual, desde que

- a) não iniciada a votação, na Comissão mista permanente de Senadores e Deputados, da parte cuja alteração é proposta.
- b) não se refira à matéria relacionada a resto a pagar.
- c) não se refira à anulação de despesa.
- d) a alteração se limite à despesa com pessoal.
- e) a alteração se limite às transferências tributárias constitucionais.

138. Os instrumentos de planejamento são ferramentas essenciais utilizadas pelos governos para organizar, coordenar e implementar políticas públicas de forma eficaz. Eles ajudam a definir objetivos, estabelecer metas, alocar recursos e monitorar o progresso das ações governamentais. Sobre eles, a Constituição Federal de 1988 prevê que as alterações na legislação tributária e o estabelecimento da política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento são, respectivamente, matérias concernentes

- a) ao Plano Plurianual e ao Plano Plurianual.
- b) ao Plano Plurianual e à Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- d) à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual.
- e) à Lei Orçamentária Anual e à Lei Orçamentária Anual.

139. A despesa pública refere-se aos gastos realizados pelo governo para atender às necessidades da sociedade e promover o bem-estar social. Esses gastos são fundamentais para o funcionamento do Estado e para a implementação de políticas públicas que visam o desenvolvimento econômico e social. De acordo com a Lei nº 4.320 de 1964, “as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis” classificam-se como:

- a) Transferências Correntes.
- b) Investimentos.
- c) Subvenções.
- d) Despesas de Custeio.
- e) Inversões Financeiras.

140. As despesas extraorçamentárias são aquelas que não estão previstas no orçamento anual aprovado pelo poder legislativo, mas que ainda assim são realizadas pelo governo. Elas não fazem parte do orçamento fiscal ou da seguridade social e, portanto, não são incluídas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Essas despesas são tratadas de forma separada e têm características específicas que as distinguem das despesas orçamentárias. É exemplo de despesa extraorçamentária:

- a) Restos a pagar não processados.
- b) Aquisição de material de consumo.
- c) Subvenções sociais para custeio de instituições de benemerência.
- d) Despesas de Exercícios Anteriores.
- e) Devolução de cauções em dinheiro.

141. De acordo com a lei 4.320/64 no tocante à receita e despesas, assinale alternativa errada:

- a) Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
- b) São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.
- c) O superávit do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes não constituirá item de receita orçamentária.
- d) São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, exceto, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- e) A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas em receitas correntes e receitas de capital.

142. Em relação à receita pública, a Lei 4.320/64 afirma que a receita, cuja arrecadação se origina de concessões e permissões de serviços de transporte, é considerada como:

- a) receitas de transferências.
- b) receitas de serviços.
- c) receitas de operações de créditos.
- d) receitas patrimoniais.
- e) outras receitas correntes.

143. De acordo com a Lei 4.320/64, que trata das finanças públicas no Brasil, qual das seguintes opções é considerada uma receita patrimonial:

- a) Impostos sobre a propriedade de veículos automotores.
- b) Juros e dividendos provenientes de investimentos realizados pelo ente público.
- c) Tarifas cobradas pela prestação de serviços públicos específicos.
- d) Multas aplicadas em decorrência de infrações à legislação municipal.
- e) Operação de crédito.

144. Em matéria de orçamento público, observe características das principais leis que formam seu tripé.

I. Estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.

II. Seu projeto será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções.

III. Estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital.

As leis definidas acima são chamadas, respectivamente, de:

- a) Lei Orçamentária Anual, Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- b) Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.
- c) Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual.
- d) Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- e) Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual.

145. As afirmativas a seguir apresentam características da Lei do Orçamento Anual – LOA, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) será acompanhado de medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.
- b) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- c) Disporá sobre normas relativas ao controle de custos.
- d) compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas e o orçamento da seguridade social.
- e) conterà, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas.

146. Segundo o art. 34 da Lei no 4.320/1964, o exercício financeiro coincidirá com o ano civil. Trata-se do princípio orçamentário intitulado

- a) anualidade.
- b) universalidade.
- c) temporalidade.
- d) totalidade.
- e) exclusividade.

147. O princípio orçamentário que determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, é

- a) Exclusividade.
- b) Universalidade.
- c) Entidade.
- d) Legalidade.
- e) Unidade.

148. Considere as afirmativas a seguir sobre o Orçamento Público no Brasil.

I. Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

II. É classificada como inversão financeira a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

III. O superavit do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes constituirá item de receita orçamentária.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) I e III

149. Um determinado deputado, ao examinar o projeto de Lei Orçamentária Anual apresentado pelo Chefe do Poder Executivo, optou por apresentar uma emenda parlamentar totalmente coerente com o plano plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Todavia, para apresentá-la, deveria ter indicado os recursos necessários. De acordo com a CF/88, esses recursos podem advir da anulação de despesas que digam respeito a:

- a) dotações para despesa com pessoal;
- b) dotações para o serviço da dívida;
- c) dotações para investimentos;
- d) transferências tributárias para outros Estados;
- e) dotações para encargo de pessoal.

150. Uma das funções do governo é essencial para mitigar as desigualdades inerentes ao sistema de mercado. O governo atua favorecendo as camadas mais carentes da população, em detrimento das mais ricas. Trata-se da função

- a) alocativa.
- b) social.
- c) equitativa.
- d) distributiva.
- e) estabilizadora.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Silvio Sande

151. Podemos afirmar que na contabilidade de custos, os custos fixos são

- a) fixos em qualquer nível de produção ao longo da existência da empresa.
- b) decrescentes, por unidade produzida, na medida em que a empresa ocupa um maior percentual de sua capacidade instalada.
- c) crescentes, por unidade produzida, na medida em que a empresa reduz seu nível de ociosidade.
- d) decrescentes, por unidade produzida, na medida em que a empresa reduz seu nível de utilização da capacidade instalada.
- e) fixos, por unidade produzida, independente da quantidade produzida.

152. São dadas as seguintes informações, relativas à escrituração da Cia. Industrial Embiribeira, no exercício de 2024 (em R\$):

Estoque inicial de produtos em elaboração	200.000,00
Mão-de-Obra	540.000,00
Despesas financeiras na aquisição de material direto.....	

140.000,00	
Estoque final de produtos acabados.....	300.000,00
Custos Indiretos de fabricação	
960.000,00	
Estoque final de produtos em elaboração.....	240.000,00
Material Direto consumido na produção	460.000,00
Despesa com fretes de venda	80.000,00
Estoque inicial de produtos acabados	400.000,00

O custo dos produtos vendidos pela companhia no exercício de 2024 correspondeu, em R\$, a

- a) 2.240.000,00
- b) 2.160.000,00
- c) 2.020.000,00
- d) 1.960.000,00
- e) 1.920.000,00

153. A Cia. METALÚRGICA, para produzir 2.000 unidades de seu único produto, incorreu nos seguintes gastos durante o mês de março de 2024:

Custo fixo: R\$ 92.000,00

Custos variáveis:

– Matéria-prima: R\$ 48,00/unidade

– Mão de obra direta: R\$24,00/unidade

Despesas fixas: R\$ 24.000,00

Despesas variáveis: R\$ 16,00/unidade

Comissões de venda: 10% do preço de venda bruto

Preço de venda bruto: R\$ 210,00/unidade

Quantidade vendida: 400 unidades

Se a Cia. METALÚRGICA utilizar o Custeio Variável, o custo unitário da produção do mês de março de 2024 será, em reais,

- a) 48,00.
- b) 72,00.
- c) 88,00.
- d) 156,00.
- e) 172,00.

154. Uma empresa produz e vende determinada marca de cerveja e apresenta os seguintes dados:

Vendas: 220.000 unidades.

Preço de venda: R\$ 5,00 por unidade.

Custo variável: R\$ 160.000,00

Despesas variáveis: R\$ 300.000,00

Custo fixo: R\$ 130.000,00

Qual é a margem de contribuição total da empresa, em Reais?

- a) 280.000,00
- b) 350.000,00
- c) 400.000,00
- d) 470.000,00
- e) 620.000,00

155. O ponto de equilíbrio contábil da empresa, em unidades, é

- a) 500.
- b) 1200.
- c) 1.500.
- d) 1.680.
- e) 2.100.

156. Se a empresa deseja obter um lucro de R\$ 315.000,00 e adota o método de custeio por absorção, o ponto de equilíbrio econômico é, em unidades,

- a) 1050.
- b) 1250.
- c) 1.500.
- d) 1.680.
- e) 2.100.

157. Com relação ao texto, caso a empresa produza 200.000 unidades e venda 160.000 unidades, a diferença entre o lucro operacional líquido apurado pelo custeio por absorção e pelo custeio variável será

- a) R\$ 90.000.
- b) R\$ 100.000.
- c) R\$ 120.000.
- d) R\$ 150.000.
- e) R\$ 200.000.

158. Considere os seguintes dados da empresa Altamira S/A:

- Quantidade vendida = 258 u.
- Custos e despesas variáveis = R\$ 350,00/u.
- Custos e despesas fixos = R\$ 56.000,00/mês.
- Preço de venda = R\$ 600,00/u.

A margem de segurança operacional, em unidades, é de:

- a) 34 unidades.
- b) 38 unidades.
- c) 224 unidades.
- d) 258 unidades.
- e) 318 unidades.

159. Observe alguns itens do Relatório de Produção da Empresa ALFA, abaixo, em reais.

Itens	Valor Orçado	Valor Real
Unidades Consumidas	950.000,00	960.000,00
Preço Unitário	4,28	4,00

Sabendo que a empresa trabalha com três variações, assinale o valor das variações no preço e na quantidade, em reais, foram, respectivamente, de:

- a) 226.000,00 e 42.800,00
- b) 266.000,00 e 40.000,00
- c) 266.000,00 e 42.800,00
- d) 268.800,00 e 40.000,00
- e) 268.800,00 e 42.800,00

160. A Industrial S2 iniciou a produção de 12.500 unidades de seu único produto. No final do período, o setor de produção informou que 10.000 unidades foram acabadas e transferidas para o estoque de produtos acabados e 2.500 unidades não foram concluídas. Sabe-se que não existia estoque de produtos acabados e em elaboração no início do período.

Os custos incorridos no período totalizaram R\$957.500,00 (R\$500.000,00 de matéria-prima; R\$345.000,00 de mão de obra direta e R\$112.500,00 de custos indiretos de produção). Sabe-se que as unidades em elaboração absorveram 100% da matéria-prima, 60% da mão de obra direta e 50% dos custos indiretos de produção.

Com base nas informações apresentadas, marque a opção CORRETA que evidencie o saldo da conta de Produtos em Elaboração:

- a) R\$200.000,00.
- b) R\$157.500,00.
- c) R\$142.500,00.
- d) R\$143.900,00.
- e) R\$158.800,00

Estudo de Caso 1

Estudo de Caso 1

Em 2025, a Calçados XYZ Ltda. remeteu, por meio de veículos próprios, diversas caixas de sapato de uma para outra de suas lojas, em estado diverso da federação. Contudo, os veículos foram parados pela fiscalização tributária estadual e, não tendo sido emitida nota fiscal das mercadorias transportadas, houve autuação pelo Fisco Estadual, que cobrou o valor de ICMS, bem como a multa pela ausência da nota fiscal, com base em legislação estadual que impede a circulação física de mercadorias desacompanhadas de nota fiscal.

Diante desse cenário, responda aos itens a seguir.

- a) Discorra sobre o conceito de circulação de mercadoria para fins de incidência do ICMS.
- b) Está correto o Fisco estadual em cobrar o ICMS nessa operação?
- c) Conceitue e diferencie obrigação principal e obrigação acessória.
- d) Está correto o Fisco estadual em multar a sociedade empresária por ausência de nota fiscal?

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estudo de Caso 2

A Cia. Interiorana S.A. apresentava a seguinte situação patrimonial em 31/12/2020:

(Valores em R\$)

Ativo		Passivo	
Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Disponível	250.000,00	Empréstimos	20.000,00
Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante	
Intangível	50.000,00	Empréstimos	80.000,00
		Patrimônio Líquido	
		Capital Social	200.000,00
Total do Ativo	300.000,00	Total do Passivo + PL	300.000,00

Considere as seguintes informações para a resolução:

Os empréstimos, no valor de R\$ 100.000,00, foram obtidos em 31/12/2020, sobre os quais incide taxa de juros compostos de 15% ao ano. Estes empréstimos serão pagos em 5 prestações anuais com vencimento em 31/12 de cada ano, sendo cada prestação composta por 1/5 (um quinto) do principal mais os juros de cada ano. A empresa realiza os pagamentos nas datas de vencimento.

O ativo intangível é composto por uma patente adquirida em 31/12/2020, cuja vida útil econômica foi considerada indefinida. Sabe-se que, até 31/12/2022, não houve nenhuma alteração no valor contábil da patente, e nesta data, antes da elaboração das Demonstrações Contábeis, a empresa realizou o teste de recuperabilidade da patente e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 40.000,00;
- Valor Justo Líquido das Despesas de Venda: R\$ 45.000,00

Com base nestas informações, PEDE-SE:

- Indique o valor dos empréstimos evidenciado nos Balanços Patrimoniais de 31/12/2021 e 31/12/2022 e a despesa reconhecida na Demonstração do Resultado de 2021 e 2022 referente ao empréstimo. Justifique sua resposta, explicitando a linha de raciocínio empregada.
- Em relação ao ativo intangível, determine o valor recuperável em 31/12/2022, o valor da perda por recuperabilidade a ser reconhecida (caso haja) em 2014 e o valor apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2022. Justifique sua resposta, explicitando a linha de raciocínio empregada.
- Elabore o Balanço Patrimonial da Cia. Interiorana S.A. em 31/12/2022 após os registros contábeis referentes ao empréstimo e à patente.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
